

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E**  
**ARQUIVOS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS**

**MARIANNA MATOS BATISTA**

**O ACERVO ARQUIVÍSTICO DO MUSEU DA REPÚBLICA:**  
**ABORDAGENS E USOS**

**Rio de Janeiro**

**2016**

**MARIANNA MATOS BATISTA**

**O ACERVO ARQUIVÍSTICO DO MUSEU DA REPÚBLICA:  
ABORDAGENS E USOS**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) com requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de Pesquisa: Arquivos, Arquivologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Luciana Heymann

**Rio de Janeiro**

**2016**

**MARIANNA MATOS BATISTA**

**O ACERVO ARQUIVÍSTICO DO MUSEU DA REPÚBLICA: ABORDAGENS E USOS**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

**Banca Examinadora**

Orientador:

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Co-orientadora:

\_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Quillet Heymann  
Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Membro Efetivo Interno:

\_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Lopes de Lacerda  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Membro Efetivo Externo:

\_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Tarcila Ferreira Guedes  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Membro Suplente Interno:

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Paulo Elian dos Santos  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Membro Suplente Externo:

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Marcelo Sotratti  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Rio de Janeiro, agosto de 2016.

**Para minha mãe, Sheila.**

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (Marc Bloch, 2001:83).

## **AGRADECIMENTOS**

À minha querida mãe, Sheila, que é exemplo de determinação, garra e sucesso em minha vida.

Ao meu marido, Ricardo Daher, pelo companheirismo e compreensão de entender a dedicação que o mestrado exige.

Ao professor José Maria Jardim por me ajudar a delimitar a questão norteadora da minha pesquisa.

À professora Rosale Mattos que sempre acreditou que a concretização do objetivo de fazer o mestrado fosse possível.

Ao professor Eliezer Pires e ao secretário Rodrigo Pinho pela atenção e boa vontade em ajudar os alunos.

Aos meus orientadores, João Marcus e Luciana Heymann por me ensinarem o que é uma pesquisa de mestrado. Por me ensinarem a refletir, de fato, e pensar além do que os elementos notáveis nos oferecem. Agradeço por me ensinarem a pesquisar e investigar.

## **RESUMO**

Essa pesquisa tem como objeto o acervo que integra o Arquivo Histórico do Museu da República. Observamos como ele foi constituído, como é tratado e utilizado dentro da instituição, tendo em vista evidenciar suas particularidades. Através do levantamento bibliográfico, do estudo do guia de fundos, de entrevistas e coleta de dados no sítio do Museu, reunimos elementos de análise para entender o perfil do Arquivo Histórico, ou seja, como é constituído, quais os critérios de aquisição e como é organizado. Além disso, buscamos identificar os usos conferidos a esse acervo, tanto por funcionários e demais profissionais que atuam no Museu como por usuários externos. Observamos que arquivos em museus assumem características próprias, buscando identificar mais a fundo esse terreno pouco explorado na área de Arquivologia. A partir da discussão acerca da categoria “coleção”, entendemos ser possível otimizar o diálogo com a Museologia e outros campos de conhecimento.

Palavras-chave: Arquivos em Museus, Museu da República, Coleção, Arquivos Históricos.

## **ABSTRACT**

This research has as its object the archive that integrates the Historical Archive of the Republic Museum. We observed how it was constituted, as it is treated and used within the institution, in order to evidence its peculiarities. Through literature, the fund study guide, interviews and data collection at the museum site, we gather elements of analysis to understand the Historical Archive profile, in other words, how it was constituted, which are the criterion for acquisition and how organized. Besides that, we seek to identify the uses given to this holding, both for staff and other professionals who work in the museum as external users. We observed that archives in museums take on their own characteristics, in order to identify more deeply this land little explored in Archivology. From the discussion of the category "collection", we believe it is possible to optimize the dialogue with Museology and other fields of knowledge.

Keywords: Archives in Museums, Republic Museum, Collection, Historical Archives.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 : Imagem da Estrutura Organizacional de 1990.....	22
Figura 2: Imagem do Organograma Exposto no Relatório do Museu da República de 2003 a 2006.....	23
Figura 3 : Imagem da Estrutura Organizacional de 2011.....	25
Quadro 1 : Quadro de Dados de Informações Coletadas na Página da Internet do Museu da República.....	31
Tabela 1 : Informações Coletadas no Guia de Fundos do Arquivo Histórico.....	62
Figura 4: Anos de Doações de Acervos Arquivísticos ao Museu da República.....	74

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- AAM** - Associação Americana de Museus
- AHI/ MR** - Arquivo Histórico e Institucional
- CIA** - Comissão Interna de Acervo
- CONARQ** - Conselho Nacional de Arquivos
- DEMU** - Departamento de Museus e Centros Culturais
- DIAFI** - Divisões Administrativa e Financeira
- DIDEC** - Divisão Educativa
- DIDOP** - Divisão de Documentação e Pesquisa
- DITEC** - Divisão Técnica
- FNPM**- Fundação Nacional Pró-Memória
- IBPC** - Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
- IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LACOUR/PAPEL** - Laboratório de Conservação e Restauração
- MAST** – Museu de Astronomia e Ciências Afins
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- MHN** – Museu Histórico Nacional
- NOBRADE** - Norma Brasileira de Descrição Arquivística
- ONG** - Organização Não Governamental
- PMI** – Programa Memória Institucional
- PNM** - Política Nacional de Museus
- SAA** - Sociedade dos Arquivistas Americanos
- SPHAN** - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 MUSEU DA REPÚBLICA.....</b>	<b>16</b>
2.1 TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL.....	17
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	21
2.3 O LUGAR DO ARQUIVO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	25
2.4 QUADRO DE DADOS DE INFORMAÇÕES COLETADAS NA PÁGINA DA INTERNET DO MUSEU.....	29
<b>3 ARQUIVOS EM MUSEUS.....</b>	<b>34</b>
<b>4 O ARQUIVO HISTÓRICO E SUAS CONFIGURAÇÕES.....</b>	<b>55</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>88</b>
<b>APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O SETOR DE ARQUIVO.....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SETORES QUE EXERCEM ATIVIDADES VINCULADAS AO ARQUIVO.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE 3 – ENTREVISTAS.....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO 1 – CRONOLOGIA- DE PALÁCIO NOVA FRIBURGO A MUSEU DA REPÚBLICA.....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Fundos e coleções documentais não têm como destino, apenas, instituições arquivísticas, públicas ou privadas. É possível encontrar arquivos e coleções documentais em museus e bibliotecas, instituições tradicionalmente devotadas a outros tipos de bens culturais. Observamos, neste trabalho, as características que os arquivos passam a ter em instituições museais, em especial, o acervo arquivístico que integra o Arquivo Histórico do Museu da República. Pensamos que o setor de Arquivo em uma instituição de natureza diferente, por trabalhar com objetos museológicos, mas com o objetivo semelhante - recolher, tratar e difundir conhecimento - pode ter atribuições confundidas com as museológicas. Nesse sentido, a formação e a organização do acervo arquivístico podem ser influenciadas pelas diretrizes de uma instituição que tem a tradição de colecionar. Consideramos como acervo arquivístico o conjunto de documentos arquivísticos que possuem relação orgânica entre si. Problematicamos no desenvolvimento da pesquisa a percepção que os funcionários do Museu da República têm acerca do setor de Arquivo e das coleções que o integram.

Observamos a comunicação entre os profissionais de diferentes campos de conhecimento que integram a equipe de tratamento do acervo. Além disso, também analisamos como o acervo é abordado por outros profissionais que trabalham na instituição. A forma como ele é abordado por estes também interfere na maneira pela qual ele é representado oficialmente. Observamos a função e os usos que o setor de Arquivo tem na instituição, levando em consideração que diferentes profissionais recorrem ao setor.

Ao estudar a História do Brasil Contemporâneo durante a graduação em Arquivologia, tive uma grande inquietação. Estudei o momento fundador das práticas de preservação de bens patrimoniais no país, durante sua implantação pelo Governo Getúlio Vargas, com a criação do SPHAN, em 1937. Questionei-me como os arquivos são mobilizados na construção da memória nacional. Em um primeiro momento não compreendi a relação de conjuntos documentais com a construção de memórias de grupos sociais.

Particpei do grupo CDOC- ARREMOS (Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais), de 2012 a 2014 – período no qual comecei a me aproximar e me interessar pelo tema do patrimônio documental, principalmente por minha pesquisa para o Trabalho de Final

de Curso em Arquivologia, desenvolvido no contexto do Grupo. No contato profissional com o Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), no qual trabalhei durante os anos de 2013 e 2014, pude compreender melhor as características de tombamento, patrimônio e construção de identidade nacional.

Ao ingressar no Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na linha de pesquisa Arquivo, Arquivologia e Sociedade, me interessei pelo tema de arquivos em museus. Em conjunto com meus orientadores, escolhemos o setor de Arquivo do Museu da República como objeto de estudo. Esta é uma instituição tombada como patrimônio nacional. Em 1938 o Palácio do Catete e seus jardins, os quais compõem o referido Museu, foram tombados pelo SPHAN, atual IPHAN. Houve interesse de nossa parte por essa instituição, por ser uma instituição pública de âmbito nacional que por meio do seu acervo, de sua importância política e simbólica apresenta vários elementos do cenário político nacional.

Nossa pesquisa é um convite à reflexão do que ocorre quando um acervo arquivístico é recolhido, coletado, tratado e difundido por uma instituição museal. O setor que se ocupa do acervo arquivístico dessa instituição é intitulado “Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República (AHI/MR)”. Como o próprio nome informa, é dividido em histórico e institucional. Ao longo da pesquisa estudamos essa divisão do setor de Arquivo e evidenciamos suas características. O Arquivo Institucional exerce um papel importante para o entendimento da formação e organização do Arquivo Histórico.<sup>1</sup>

Em um primeiro momento é importante observar como o Museu da República e o setor de Arquivo se apresentam oficialmente. A sua apresentação oficial indica o que o Museu objetiva representar para o público. Através de levantamento bibliográfico e consulta ao sítio da instituição, estudamos a sua missão, bem como seu delineamento histórico–organizacional. Nesse sentido, foram coletadas informações para entendermos como é projetada a representação de informações oficiais para o público. Foi observado que existem poucas informações sobre o acervo arquivístico. Considerações como esta foram levantadas e problematizadas, como veremos na Seção 2 desta dissertação.

---

<sup>1</sup> Estudaremos esses aspectos, em especial na Seção quatro.

Conhecer como os profissionais que trabalham diretamente com o arquivo o percebem também é importante por tornar possível indicar diferentes usos do acervo arquivístico. Foram elaborados roteiros de entrevista que lançaram luz sobre seus tratamentos e usos durante a trajetória institucional do Museu da República. Os profissionais entrevistados possuem ensino superior completo e alguns possuem qualificação acadêmica, como mestrado e MBA (Master os Business Administration)<sup>2</sup>.

Estudamos, nos organogramas da instituição, os espaços ocupados pelo setor de Arquivo considerando suas mudanças históricas. Isso interfere na maneira pela qual ele é abordado e utilizado por diferentes profissionais no decorrer da trajetória organizacional.

Realizamos visitas no Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República (AHI/MR) para compreendermos suas características por meio de observação direta. Perguntamo-nos: Quais são as características atribuídas ao Arquivo enquanto parte de um Museu? Qual é a importância atribuída a ele? Qual é o seu grau de autonomia? Como os valores são transformados historicamente? Essas são questões levantadas e problematizadas. Foi analisada a constituição do acervo e foram também observados quais são os critérios de seleção do que vai constituir o Arquivo Histórico do Museu e as políticas de aquisição.

O objetivo desta pesquisa é, portanto, analisar as características do acervo arquivístico do Museu da República, a fim de compreendermos como o mesmo é percebido dentro da instituição e como é representado oficialmente e institucionalmente. Para alcançar nosso objetivo, as funções e a missão do Museu foram analisadas, assim como seu delineamento sócio-histórico e organizacional, por intermédio de informações oficiais da instituição. Investigamos a constituição do Arquivo Histórico do Museu da República por meio do estudo do Guia de Fundos. Averiguamos a existência e usos de diretrizes que visam a regularizar a aquisição de acervos, oferecendo base para a tomada de decisões. Além disso, investigamos de que maneira os documentos que integram esses arquivos são utilizados, valorizados e acessados.

---

<sup>2 2</sup> Os roteiros de entrevista encontram-se nos apêndices 1 e 2.

Analisamos a missão, as possíveis transformações no entendimento sobre essa missão, os contextos sócio-históricos em que o Museu está inserido e a estrutura organizacional. É importante considerar que a estrutura organizacional do Museu da República, como de qualquer instituição, não é estática e sofreu transformações, de acordo o observado pelas mudanças do quadro funcional responsável pela gestão.

Fizemos uma análise do organograma mais recente encontrado no relatório de gestão que se encontra no Arquivo do Museu da República, a fim de analisar a posição que o arquivo ocupa. Observamos a quem o arquivo se subordina administrativamente para ajudar a compreender quais suas funções e características dentro da instituição. Foi interessante também estudar as mudanças do organograma a fim de compreendermos a trajetória institucional e como o arquivo foi utilizado no decorrer dela.

Fizemos um levantamento *in loco* para observar o espaço físico ocupado pelo arquivo no Museu da República. Foram realizadas entrevistas para coletar informações acerca das abordagens e usos dos arquivos nos museus. O roteiro de entrevista apontou para questões acerca de avaliação estatística de pesquisadores; publicações; programas educativos; quadro de arranjo; quadro funcional que compõe a equipe; representação do acervo na internet; história arquivística do acervo; sala de consulta e atividades de descrição e indexação.

Também realizamos pesquisa bibliográfica, e posterior fichamento e leitura. O levantamento bibliográfico foi realizado mediante fontes secundárias: livros, periódicos, artigos, produções científicas, que apontavam autores que abordavam arquivos em museus e assuntos correlatos que contribuíram para o debate aqui proposto. Fizemos um levantamento bibliográfico na biblioteca do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) que possibilitou o acesso a várias fontes para essa pesquisa. Houve uma tentativa de visitar a biblioteca do Museu da República, mas estava inacessível, por motivo de obra.

A pesquisa contempla cinco seções. Na Seção dois buscamos conhecer a trajetória institucional do Museu da República, por meio do entendimento de sua história administrativa. O objetivo foi perceber qual espaço ocupado pelo setor de Arquivo, que atribuição de valor é dada a ele, e identificar seu grau de autonomia na estrutura hierárquica.

Tivemos poucos elementos oficiais de análise. Contudo, através da produção de imagens aproximadas da estrutura organizacional em determinados anos, foi possível fazer

uma análise comparativa. Observamos que o setor de Arquivo esteve subordinado a setores que correspondiam à área de Museologia. Problematizamos tal subordinação para identificar as características museológicas que o setor de Arquivo pode ter assumido nesse período. De acordo com tal análise, observamos que, hoje, o organograma do Museu da República é mais complexo, com distribuição maior de setores. Passa a haver delimitação maior dos campos de conhecimento na estrutura organizacional, o que dá ao setor de Arquivo maior autonomia.

Na Seção três foram realizadas discussões teóricas para observar as funções e características assumidas por arquivos presentes em instituições museais. Apresentamos reflexões de alguns autores nacionais e internacionais, que para os diversos papéis atribuídos aos setores de arquivo que fazem parte de museus. Foi possível entender, portanto, que os setores de Arquivo em instituições museais assumem especificidades.

Na Seção quatro nos debruçamos sobre as informações coletadas nas entrevistas e no guia de fundos. Interpretamos o conjunto de informações para identificar características do acervo arquivístico que não estão evidentes. Observamos que a lógica museológica se sobrepõe à lógica arquivística no que se refere à formação e organização do acervo. Percebemos que as atividades do setor de Arquivo do Museu da República são direcionadas para execução das atividades-fim do museu, principalmente exposição.

Observamos que os papéis atribuídos ao setor de Arquivo são diversos, e que os usos feitos dele pelos profissionais de outros setores são múltiplos. Isso confere ao Arquivo uma configuração complexa. Conhecê-la ajuda os profissionais que atuam nessa área a aprimorar suas funções. Além disso, contribuem para que tenham ciência da tarefa que devem executar considerando os usos que o acervo arquivístico pode apresentar. Da mesma maneira, conhecer tais atribuições, abordagens e usos, traz para a Arquivologia e a Museologia suporte para que as disciplinas avancem em discussões e práticas que envolvem arquivos em museus.

## 2 MUSEU DA REPÚBLICA

Nesta Seção são apresentadas informações coletadas sobre a trajetória institucional e a estrutura organizacional do Museu da República. Estudamos sua história e o que a instituição objetiva representar. A partir daí pudemos analisar qual espaço ocupado pelo setor de Arquivo e como ele é representado institucionalmente.

Elaboramos um quadro de dados a partir das informações coletadas na página da internet com informações acerca da missão da instituição, nome do setor Arquivo, o que compõe o acervo, data e horário de consulta, norma de funcionamento, respeito às normas arquivísticas e história administrativa.

Além disso, foram coletadas informações na publicação produzida pela instituição, intitulada “*Museu da República*”<sup>3</sup> na qual é apresentada a história do Museu. Como forma de ampliarmos o conhecimento da instituição, analisamos também as informações apresentadas nas entrevistas por nós realizadas, com a finalidade de entendermos acerca do espaço ocupado pelo setor de Arquivo na estrutura organizacional, a autonomia do setor e as mudanças identificadas na subordinação hierárquica considerando a história administrativa da instituição.

O setor de Arquivo no Museu da República é intitulado Arquivo Histórico e Institucional (AHI/MR). O Arquivo Histórico fica sob a responsabilidade de uma historiadora, e o Arquivo Institucional fica sob a responsabilidade de uma arquivista. Nessa pesquisa demos enfoque ao Arquivo Histórico para entender que problemáticas podem surgir a partir da formação de acervo arquivístico e coleções no setor de Arquivo do Museu da República.

Os funcionários do museu, através de projetos, promovem um processo de compreensão da história da instituição. Descortinar a história do Museu da República ajuda a conhecer o setor de Arquivo. Da mesma maneira, o acervo arquivístico que integra o Arquivo Histórico e Institucional (AHI/MR) lança luz sobre a história da instituição.

---

<sup>3</sup> MUSEU DA REPÚBLICA. São Paulo: Banco Safra, 2011. 359 p.

## 2.1 HISTÓRIO DO PALÁCIO DO CATETE E TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL

Com a finalidade de um maior conhecimento da história administrativa do Museu da República, estudamos sua trajetória institucional, tendo sido este criado em 1960. O objetivo é observar, a partir do delineamento sócio-histórico e organizacional, os valores atribuídos aos arquivos considerando a história do setor. Analisamos a trajetória institucional do Museu da República para compreender e evidenciar características do setor de Arquivo.

Analisamos em que sentido as mudanças na estrutura organizacional pode interferir nos usos dos arquivos, tratamento, aquisição e preservação no decorrer do tempo no Museu da República. Também buscamos identificar os papéis atribuídos a ele desde a sua criação.

Antes de iniciarmos, porém, a análise da trajetória institucional do Museu, evidenciaremos as transformações em relação ao próprio prédio que o abriga. Este foi construído por um rico cafeicultor do Segundo Reinado, barão de Nova Friburgo, o português Antônio Clemente Pinto, que veio para o Brasil em 1807. O Palácio pertenceu à sua família de até 1889 quando foi vendido à Companhia do Grande Hotel Internacional. A ideia era transformá-lo num hotel de grande porte. Houve problemas financeiros que levaram um de seus acionistas, Francisco de Paula Mayrink, a adquirir a totalidade das ações, tornando-se o único proprietário.

Em 15 de novembro de 1889 o regime republicano foi instaurado. No mandato de Prudente de Moraes (1894-1898) o governo comprou o imóvel do conselheiro Mayrink. A compra se deu em 18 de abril de 1896. A Presidência da República foi, então, transferida para o Palácio do Catete, à época intitulado Palácio Nova Friburgo.

Em 1897 foi o Palácio do Catete foi inaugurado como sede da Presidência da República. Em seis de abril de 1938, o Palácio do Catete e seu respectivo parque foram tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Segundo Almeida (2011), grandes acontecimentos deixaram marca no Palácio do Catete. Grandes feitos marcaram a história do Palácio que foi espaço, por exemplo, de onde se tomou a decisão de declarar guerra contra países do Eixo<sup>4</sup> (ALMEIDA, 2011, p. 18).

---

<sup>4</sup> A decisão de declarar guerra contra os países do Eixo, Itália, Alemanha e Japão, ocorreu em 22 de agosto de 1942 durante a Segunda Guerra Mundial.

A decisão foi tomada após reunião de todo ministério como então presidente Getúlio Vargas no Salão Ministerial. O suicídio de Getúlio Vargas foi um ato extremo que levou ao Palácio uma multidão de admiradores na manhã de 24 de agosto de 1954. Grandes personalidades políticas passaram pelo Museu da República. Por isso, aponta-se que há uma grande força simbólica no Palácio do Catete.

A força simbólica do Palácio do Catete – construído para afirmar a posição econômica e o gosto de um português de origem humilde, e ocupado durante 63 anos pelos comandantes máximos da República- foi reinventada. Transformado em museu, o Palácio passou a abrigar novas estratégias de poder, agora ligadas à memória e, conseqüentemente, ao esquecimento. Poucos prédios têm o privilégio da perenidade como o Palácio do Catete, garantida tanto por seus alicerces e paredes de granito quanto pela incontável galeria de personagens e fatos a ele ligados direta e indiretamente, hoje definitivamente musealizados. (ALMEIDA, 2011, p. 18).

O Museu foi sede da Presidência da República por 63 anos, de 1897 a 1960. Em 15 de novembro de 1960, Juscelino Kubitschek voltou de Brasília para o Rio de Janeiro com o objetivo de comandar a cerimônia que ia transformar o Palácio do Catete, antiga sede do Poder Executivo, no Museu da República. Em seu discurso expressou que era uma “comovente honra” transformar o Palácio do Catete em “monumento dedicado aos fatos republicanos”.

Vinte e dois presidentes passaram pelo Palácio do Catete, é um dos mais exuberantes edifícios imperiais do Brasil. Joaquim Nabuco faz uma descrição entusiasmada da exuberância do Palácio:

Durante horas tive ali uma das ilusões mais completas da minha vida; (...) as paredes forradas em toda altura de espelhos que multiplicavam velas sem número dos enormes lustres de cristal; (...) os móveis suntuosos (...). Nas vilas de Roma eu não compreendi tão bem a vida de luxo, o prazer da nobreza de sentar-se à mesa carregada dos mais finos cristais, com um horizonte alargado pelos espelhos (...) Quanto à animação que reinou (...), basta dizer aos curiosos que, quando ela acabou, o sol tinha se levantado sobre as montanhas, o que me fez escrever no meu diário adiante de 15 de setembro: a noite mais curta do ano (ALMEIDA, 2011, p. 10).

O decreto 47.883, de oito de março de 1960 regulamentou a criação do Museu. Esse foi destacado como sede da Divisão Histórica da República dentro da estrutura administrativa do

Museu Histórico Nacional (MHN). Suas competências eram: I. Receber, classificar, colecionar, catalogar, expor e conservar os objetos adquiridos, doados e transferidos, ligados, direta ou indiretamente, à história da República Brasileira. II. Realizar pesquisas sobre assuntos da história da República, relacionados com a finalidade do Museu.

Após a publicação desse decreto, o então diretor do Museu Histórico Nacional, Josué Monte-lo, preparou um plano de obras para adaptar o Palácio à sua nova destinação. Foi criada uma comissão para organizar e inventariar os objetos e documentos históricos que seriam transferidos do Museu Histórico Nacional para o Museu da República, bem como para receber o mobiliário e outros materiais.

Também foram encaminhados ofícios ao presidente da Associação de Magistrados Brasileiros, ao Senado federal, à Câmara dos Deputados e ao Departamento de Imigração Nacional, solicitando peças e documentos de caráter histórico, tudo quanto pudesse traduzir interesse e tivesse significação na fase republicana do país (PINHO, 2011, p. 21).

De acordo com a obra publicada pela instituição anteriormente citada (MUSEU DA REPÚBLICA, 2011), houve um interesse muito grande do público pelo Museu que chegou a receber 15.645 visitas em apenas uma semana. O diretor Josué Montelo, juntamente com a equipe técnica criou o projeto original que previa a instalação da biblioteca, auditório, filмотeca e arquivo, revelando um conceito moderno de instituição cultural (PINHO, 2008, p. 22).

Em 1975 o regimento interno do MHN foi alterado por meio da Portaria Ministerial 485, de sete de outubro. A nova estrutura organizacional do MHN definia a criação de uma Divisão de Museologia com seis seções técnicas, sendo uma para o Museu da República. O Museu, então, ganhou abrangência em sua atuação.

Em 1979 houve uma reformulação administrativa que se concretizou por meio da Lei 6.757. Essa lei criou uma nova estrutura para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – órgão ao qual o MHN e o Museu da República eram subordinados.

O IPHAN foi subdividido em dois órgãos, sendo um normativo – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – e o outro executivo – a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que teve sua atuação regulamentada pelo decreto 84.396, de

1980. A criação de uma fundação para gerir os museus representava, naquele momento, maior autonomia financeira e administrativa.

O SPHAN elaborava as diretrizes políticas de patrimônio, enquanto a FNPM executava as ações de preservação no âmbito operacional, ficando os museus subordinados a ela. Um novo regimento para o MHN foi aprovado e atribuía ao Museu da República uma seção técnica e uma administrativa, além de ter sido criado o cargo de diretor, cujo ocupante deveria ser indicado pelo diretor-geral do MHN. Em 1983, o diretor-geral do MHN, Geraldo Britto Raposo Câmara, propôs a desvinculação administrativa do Museu da República do MHN.

Em 1983, então, o Museu da República desvincula-se do Museu Histórico Nacional, tornando-se uma unidade administrativa autônoma subordinada diretamente à Fundação Nacional pró-Memória (MUSEU DA REPÚBLICA, 2011, p. 42). Após isso, Lilian Barreto, museóloga, assumiu a direção. Foi criada uma comissão para elaborar um projeto de revitalização do Museu da República, formada por técnicos do Museu da República e do MHN em parceria com o Programa Nacional de Museus.

O Museu da República, como Museu de status nacional, tem a função de representar a nação através de seus aspectos republicanos de território nacional. Ele atua segundo três funções fundamentais: a preservação, a investigação e a comunicação dos testemunhos materiais relativos à história da República no país (MANGAS, 2010, p. 11). Suas exposições e acervos representam a história oficial, ao representar grandes feitos e personagens honoríficos do país.

Ao elaborar o plano museológico de 2010, o Museu da República definiu como missão: contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano, material e imaterial, para a sociedade brasileira, visando à valorização da dignidade humana, à cidadania, à universalidade do acesso e o respeito à diversidade (MUSEU DA REPÚBLICA, 2011, p. 28).

De acordo com informações encontradas no site do Museu, sua missão é contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural brasileiro que conserva. O seu compromisso é com a

universalização democrática do acesso aos seus acervos, o respeito à diversidade e a construção da cidadania<sup>5</sup>.

## 2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A representação da estrutura organizacional do Museu da República não está disponível na internet, e nem é apresentado o regimento interno atualizado. O único existente foi elaborado em 1983. Ao longo de sua trajetória, o Museu adotou diferentes organogramas, sendo que poucos estão disponíveis para a consulta, pois ou se perderam ou ainda não foram localizados no arquivo institucional, em fase de organização (MADEIRA, 2014, p. 31).

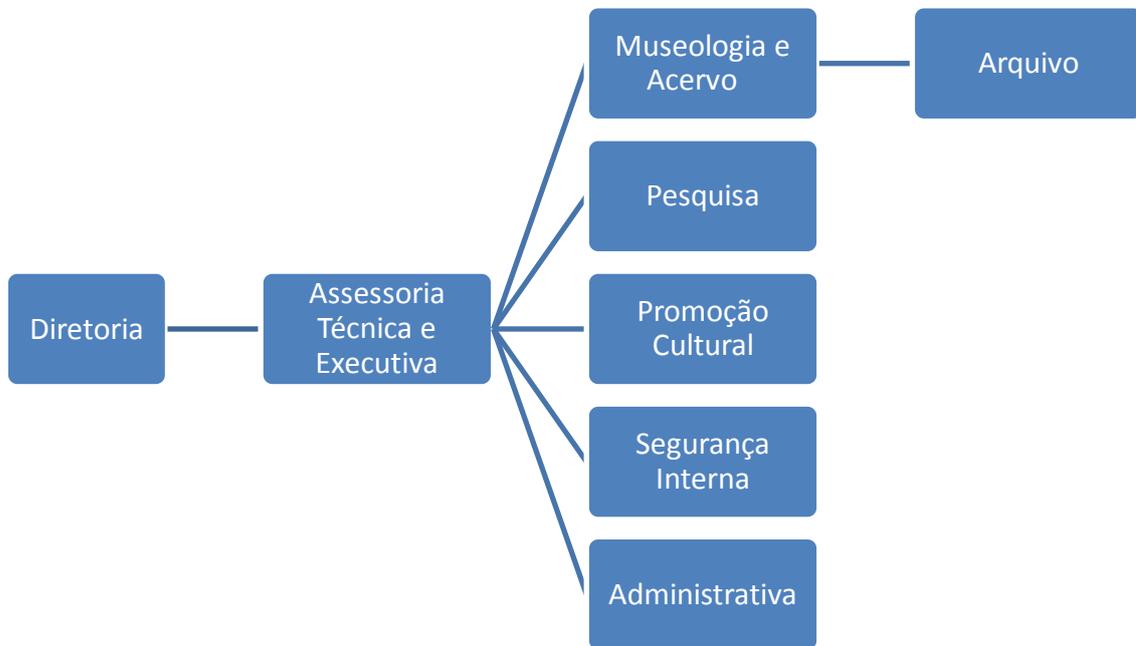
Em 1983, quando o Museu deixou de ser um Departamento de História da República do Museu Histórico Nacional, foi criado um Regimento Interno e a sua estrutura administrativa passou a ser composta pelas Divisões Administrativa e Financeira (DIAFI), Técnica (DITEC), Documentação e Pesquisa (DIDOP) e Educativa (DIDEC).

Após o Governo de Fernando Collor, nos anos de 1990, a estrutura organizacional sofreu novas alterações. Abaixo da Diretoria estavam a Assessoria Técnica e Executiva e cinco divisões: Museologia e Acervo, Pesquisa, Promoção Cultural, Segurança Interna e Administrativa.

---

<sup>5</sup> Disponível em : [www.museudarepublica.museus.gov.br](http://www.museudarepublica.museus.gov.br) . Acessado em 08/07/2016.

Figura 1 : Imagem da Estrutura Organizacional de 1990



Fonte: Imagem de nossa autoria produzida a partir do Levantamento Bibliográfico.

O setor de Arquivo estava subordinado a uma divisão que fazia parte de um campo de conhecimento diferente da Arquivologia, a Museologia. Por isso, a partir do levantamento bibliográfico e produção de imagens no desenvolvimento dessa pesquisa, consideramos que as funções e atividades do setor de Arquivo podiam estar voltados para um caráter mais museológico do que arquivístico. As decisões administrativas ficavam condicionadas ao âmbito da Museologia. Isso podia influenciar a elaboração da política de aquisição e, com isso, a formação do acervo arquivístico do Arquivo Histórico. Provavelmente a aquisição e acumulação de documentos arquivísticos eram voltadas principalmente para uma das atividades fins do Museu, a exposição.

Há um relatório do Museu da República que contempla os anos de 2003 a 2006. Esse relatório apresenta o organograma exposto a seguir:



Técnica. Deixar de estar subordinado ao setor de Museologia confere maior autonomia ao setor de Arquivo.

No livro citado, “*Museu da República*”<sup>6</sup> também existem informações acerca da estrutura organizacional, conforme apresentado adiante. Tal estrutura é diferente do organograma apresentado de 2003 a 2006. De acordo com essa obra, a atual estrutura do Museu é composta por assessorias e diversos setores técnicos e administrativos. Esses trabalham juntos na realização de um amplo conjunto de atividades, que passa pela conservação e processamento técnico do acervo, organização de seminários e eventos, preparação e montagem de exposições, pesquisa histórica, visitas mediadas, além de extensa programação educacional.

Na apresentação dessa estrutura, os setores administrativos estão subordinados à Assessoria Administrativa e Financeira. São eles: Apoio Administrativo, Segurança, Administração do Jardim, Protocolo, Recursos Humanos, Patrimônio, Serviços gerais – e Financeiros – Apoio Financeiro, Setor Financeiro e Licitações. De acordo com essa publicação do Museu, o jardim é considerado outra unidade museológica, com seu traçado e esculturas. No entanto, encontra-se vinculado à Assessoria Administrativa. Ele é tombado pelo Patrimônio Histórico e requer cuidados especiais na sua utilização e conservação.

Sob a Assessoria de Comunicação estão os setores de Apoio Cultural, Imprensa, Marketing, Imagem Institucional, Exposições, Educação e Museologia Social, e Galeria do Lago. A Galeria do Lago é um espaço para exposições de obra de arte contemporânea criado no Museu da República em 1997. É considerado um espaço de reflexão trazida pela arte contemporânea e busca diálogo na instituição por meio de seus acervos histórico, paisagístico e arquitetônico.

O Setor de Educação e Museologia Social exerce um papel primordial na ação do Museu da República junto ao público escolar, adulto, de jovens, professores etc. O Museu oferece um curso de iniciação profissional, apoiado por uma Organização Não Governamental (ONG), especialista no trabalho com jovens e comunidades populares. Além desses cursos

---

<sup>6</sup> MUSEU DA REPÚBLICA. São Paulo: Banco Safra, 2011

oferecidos, objetiva-se inserir jovens de comunidades populares nos projetos e eventos educativos oferecidos pelo Museu. São produzidas publicações dirigidas aos escolares, aos professores (Revista do Professor) e jogos relacionados ao acervo.

Sob a Assessoria Técnica estão os setores de Educação e Museologia Social, Arquivo, Biblioteca, Laboratório de Conservação de Papel e o de Pesquisa. O Setor de Pesquisa envolve não somente a pesquisa histórica, mas também pesquisa de acervo e de educação. O organograma a seguir representa a estrutura organizacional do Museu da República em 2011. No livro “Museu da República” (2011) não há identificação do nome do setor de Arquivo.

Figura 3 : Imagem da Estrutura Organizacional de 2011



Fonte: Imagem de nossa autoria, produzida a partir do Levantamento Bibliográfico.

### 2.3 O LUGAR DO ARQUIVO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A partir do levantamento bibliográfico, da produção de tabelas e organogramas e de entrevistas com funcionários do Museu, foi possível investigar o espaço ocupado pelo setor de

Arquivo no Museu da República. Houve diversas mudanças na estrutura organizacional e, com isso, na subordinação hierárquica do setor de Arquivo.

Esse foi subordinado a outros campos de conhecimento, mas atualmente possui autonomia e é representado, como os outros setores, nas questões administrativas do Museu. Um exemplo disso é sua representação no Conselho Diretor, em reuniões que acontecem às segundas feiras. Segundo a diretora, essa é uma forma de integração entre os setores. A reunião envolve um representante de cada setor do museu.

Em entrevista para nossa pesquisa, Magaly Cabral afirmou que existe uma mobilização para a elaboração de um regimento interno atualizado e que o organograma irá fazer parte desse regimento. A entrevista com a diretora não estava prevista inicialmente. Então, algumas questões foram formuladas no momento de aplicação do roteiro de entrevista a fim de investigar a realidade da estrutura organizacional atual.

A entrevistada afirmou que quando chegou ao Museu da República em 2007 o Arquivo Histórico<sup>7</sup> já existia, mas o Arquivo Institucional<sup>8</sup> não. O Arquivo Institucional reúne os documentos relativos à história administrativa do Museu. Na sua concepção, o arquivo institucional é a própria memória da instituição. Até 2007 não havia organização dos documentos que refletem a trajetória institucional do Museu da República.

Quando eu cheguei, em 2007, tinha o arquivo histórico, mas o institucional não existia. Ou seja, a memória da instituição. Todo o acervo documental sobre a história do Museu, processos, relatórios, matérias sobre as diversas atividades desde 1960, por sorte que o Museu é muito jovem. 50 anos, agora 55 anos. É.. Estava no sótão, num buraco, tudo guardado lá. Aí, quando houve um concurso pra, um concurso pro IBRAM para novos funcionários, eu fiz questão que houvesse uma vaga, duas vagas até, pra Arquivologia. A partir daí então, depois disso, que a gente deu início. Foi 2010, 2011 eu acho, que a gente começou a cuidar do arquivo institucional. Temos investido, na medida do possível, nesse acervo. A Gleise, ela é arquivista, responsável pelo arquivo institucional. Todo esse material que estava nesse buraco foi higienizado. E aí a Gleise pôde trabalhar nele, por que antes era impossível chegar perto (...). É fundamental ter essa memória da instituição<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Arquivo Histórico reúne diversas coleções de personalidades da vida pública, em sua maioria.

<sup>8</sup> O Arquivo Institucional reúne os documentos relativos à história administrativa do museu

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Cabral, Magaly na sede do Museu da República. Entrevista: Marianna Matos Batista, Rio de Janeiro, 2016. Nota de voz 8. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 3 desta dissertação.

O Museu tem investido na preservação da memória institucional através da organização e preservação desse acervo. O acervo arquivístico referente às atividades e funções do Museu da República ajuda a revelar traços da sua história institucional. Um exemplo do investimento no acervo foi a admissão de arquivista para compor o quadro funcional da instituição.

Segundo a historiadora, Silvia Pinho, a criação do Arquivo Institucional possibilitou o acesso a documentos que passaram a integrar o Arquivo Histórico. Esses documentos estavam inacessíveis e ainda não tinham sido higienizados e organizados. Por isso, não era possível consultá-los. Ter acesso a eles possibilitou ter conhecimento acerca da história do Museu da República. A partir daí, foi possível conhecer, até mesmo, a formação dos acervos bibliográficos e museológicos. Segundo ela, a criação do Arquivo Institucional possibilitou complementar informações acerca dos acervos dos setores de Biblioteca e Museologia que têm poucas informações sobre aquisição.

Profissionais dos setores da Biblioteca e da Museologia recorrem ao Arquivo para entender como se deu a entrada de documentos. Os profissionais reconhecem a relevância do arquivo institucional por possibilitar descortinar a trajetória institucional do Museu da República.

Em 2010 foi criado um programa chamado Programa Memória Institucional (PMI). Esse programa envolveu em primeiro lugar a criação do Arquivo Institucional. É importante ressaltar que esse programa foi criado dentro do Arquivo Histórico. É interessante porque houve uma iniciativa do setor por reconhecer a relevância do conhecimento acerca da história do Museu. É reconhecido que tal conhecimento auxilia a lançar luz sobre a formação do acervo arquivístico, a forma de entrada dos documentos e por que.

Além do investimento na preservação do arquivo institucional a fim de conhecer a trajetória do Museu, houve a iniciativa de entrevistar ex-funcionários. O Programa de História Oral é outra frente do PMI. Já foram entrevistados todos os ex-diretores do Museu. A ideia é continuar entrevistando os funcionários mais antigos e entrevistar pessoas dos setores para promover reconstruções e apreciações sobre o passado.

Uma das pessoas entrevistadas nesse Programa de História Oral foi Ecylla Brandão. Segundo a diretora do Museu, ela é conhecida pela sua dedicação à Museologia brasileira. Foi responsável por vários setores do Museu Histórico Nacional e do Museu da República, entre

1962 e 1982. À frente do Museu Histórico Nacional empreendeu várias ações para a valorização do acervo através de pesquisa, restauração e exposição (ARAÚJO, 2012, p. 1). Segundo a diretora do Museu da República, Ecylla Brandão trabalhava no Museu Histórico Nacional e respondia pelo Museu da República quando este ainda era subordinado àquele.

No organograma de 1983 existem quatro divisões ligadas diretamente à diretoria. A partir dos anos noventa, os setores passam a se vincular administrativamente à Assessoria Técnica e Executiva. Novos setores surgem como setor de Promoção Cultural e o setor de Segurança Interna. Além disso, os setores que envolvem o acervo do Museu passaram por uma mudança organizacional. A Divisão de Documentação e Pesquisa (DIDOP) se extinguiu e deu lugar ao setor de Pesquisa e ao setor de Museologia e Acervo.

O relatório<sup>10</sup> do Museu da República de 2003 até 2006 apresenta um novo organograma em que o Arquivo era intitulado Arquivo Histórico porque os documentos que hoje integram o Arquivo Institucional estavam desorganizados fora do setor. Já no que se refere à parte do organograma que envolve o acervo do Museu, Departamento de Acervo e Documentação, todos os setores são novos e não existiam na representação de 1983 e 1990.

Como vimos anteriormente a obra publicada pelo Museu (MUSEU DA REPÚBLICA, 2011) apresenta os setores do Museu e a que Assessorias estão subordinados. Foi elaborado um organograma a fim de representar essa estrutura organizacional. Podemos, então, comparar com os organogramas apresentados anteriormente de 1983, 1990 e de 2003 a 2006.

Conforme esses organogramas, podemos perceber que, em 1990 são apresentados cinco setores. De 2003 a 2006 são representados treze setores. Em 2011 são apresentados vinte. O que se observa é maior complexidade na estrutura organizacional. Além disso, em 1983 o Arquivo estava subordinado à Divisão de Documentação e Pesquisa (DIDOP). Em 1990 passa a ficar subordinado ao setor de Museologia e Acervo. De 2003 a 2006 o Arquivo Histórico passa a ficar subordinado ao Departamento de Acervo e Documentação.

---

<sup>10</sup> O relatório do Museu da República de 2003 a 2006 não foi acessado diretamente. Tivemos acesso a partir do Levantamento Bibliográfico em um trabalho acadêmico da aluna, Patrícia Madeira, que fez parte da equipe do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República (AHI/MR). Confira: MADEIRA, Patrícia Souza Santana. Arquivos Históricos em Museus: status e desafios do Arquivo Histórico do Museu da República. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

De 2011 até hoje, o Arquivo Histórico está subordinado à Assessoria Técnica. Não foi possível verificar, a partir do Levantamento Bibliográfico e das entrevistas, em que medida essas mudanças interferem na função do Arquivo. No entanto, a partir da produção e análise das imagens aproximadas da estrutura organizacional nesses anos, observamos que a partir de 2011 houve maior delimitação dos setores. As áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia passam a ter setores próprios. O setor de Arquivo passa a ocupar um espaço de maior autonomia, suas funções e características podem ficar mais delimitadas, apesar de não deixar de dialogar com outros campos de conhecimento.

#### 2.4 QUADRO DE DADOS DE INFORMAÇÕES COLETADAS NA PÁGINA DA INTERNET DO MUSEU

Foi elaborado um quadro a partir dos dados coletados da página do Museu na internet. Algumas questões sobre as características do acervo foram desenvolvidas, levando em consideração a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). As respostas foram transcritas exatamente como constam na internet. Existem poucas informações acerca do acervo arquivístico.

As perguntas foram elaboradas a partir de buscas no site de informações disponíveis sobre as atividades desenvolvidas no arquivo: o endereço do site; a missão da instituição; o nome do arquivo; composição do acervo; dias e horários de consulta; normas de funcionamento; respeito às normas arquivísticas; história administrativa; tratamento técnico; reprodução do acervo e instrumentos de pesquisa.

Foram encontradas informações sobre a missão do Museu, nome do arquivo, composição do acervo que é dividido em arquivo histórico e arquivo institucional. O arquivo histórico é formado por documentos relacionados aos personagens ou conhecimentos que marcaram de alguma forma a história republicana brasileira. O arquivo institucional é formado pela documentação resultante da trajetória de funcionamento do Museu da República desde sua criação em 1960.

Também foram obtidas informações sobre dias, horários de consulta, normas de funcionamento, história administrativa e respeito às normas arquivísticas. Todo trabalho dentro do AHI/MR está pautado na legislação para arquivos públicos definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Foram encontradas também informações sobre tratamento técnico. É informado que existe um laboratório para conservação preventiva, reparadora e restauração de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológico, cujo nome é Laboratório de Conservação e Restauração (Lacour/Papel). Esse laboratório tem participação direta nas montagens de exposição no palácio do Museu. Também foram encontradas informações referentes à pesquisa. De acordo com coleta de dados no site, a pesquisa na instituição é feita de modo multidisciplinar. O objetivo é fazer reflexões sobre a vida social a partir dos acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos que o Museu abriga.

Não foram localizadas informações acerca da reprodução e de instrumentos de pesquisa. Apesar dessa ausência, os campos referentes a essas informações sobre o acervo arquivístico na internet foram preenchidos como “informações ausentes”, pois entendemos que, em um trabalho de pesquisa, as lacunas também têm algo a dizer e podem ser investigadas. Estão disponíveis instruções aos usuários sobre normas e procedimentos sobre as condições de acesso.

Estão disponíveis algumas informações sobre métodos de trabalho que seguem as normas arquivísticas. Por meio das entrevistas foi verificado que existe sistematização de reprodução do acervo e existem instrumentos de pesquisa. Entretanto, esses dados não estão disponíveis na internet. Isso pode ter algum vínculo com o fato observado de que o arquivo ainda não alcançou o resultado esperado de disponibilização desses instrumentos.

O Quadro de dados apresenta as informações a seguir:

Quadro 1 : Quadro de Dados das Informações Coletadas na Página da Internet do Museu da República

Web Site	www.museudarepublica.museus.gov.br
Missão do Museu	O Museu da República busca contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano que conserva. O seu compromisso é com a universalização democrática do acesso aos seus acervos, o respeito à diversidade e a construção da cidadania.
Nome do Arquivo	Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República (AHI/MR)
Composição do Acervo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arquivo Histórico com Documentos relacionados a personagens ou acontecimentos que marcaram de alguma forma a história republicana brasileira</li> <li>• Arquivo Institucional com a documentação resultante da trajetória de funcionamento do Museu da República desde sua criação em 1960.</li> </ul>
Dias e Horários de Consulta	Segunda a Sexta entre 10hs e 17hs, sendo necessário agendamento prévio.
Normas de Funcionamento	O AHI possui mesa e computador próprios para consultar ao acervo. Todos os usuários, leitores e pesquisadores, devem preencher formulários de cadastro. Bolsas, mochilas, etc. devem ser guardados no armário. Permitido apenas o uso de lápis e qualquer tipo de folhas. É proibido comer e beber ou fumar nas dependências do AHI.
Respeito às Normas Arquivísticas	Todo trabalho dentro do AHI/MR está pautado na legislação para arquivos públicos, definidas pelo Conselho

	Nacional de Arquivos.
História Administrativa	
<p>O Palácio Nova Friburgo, atual Palácio do Catete, construído entre 1858 e 1867 pelo comerciante e fazendeiro de café Antônio Clemente Pinho, Barão de Nova Friburgo, consagrou-se como um monumento de grande importância histórica, arquitetônica e artística. Erguido no Rio de Janeiro, então Capital Imperial, tornou-se símbolo de poder econômico da elite cafeeira escravocrata do Brasil oitocentista. Em 18 de abril de 1896, durante o mandato do Prudente de Moraes, à época exercido em caráter interino pelo vice Manuel Vitorino, o Palácio foi adquirido pelo Governo Federal para sediar a Presidência da República, anteriormente instalada no Palácio do Itamaraty. Também chamado de Palácio das Águias, o Palácio do Catete foi palco de intensas articulações políticas, como as declarações de guerra à Alemanha, em 1917, e ao Eixo, em 1942. No ano de 1938, durante o Estado Novo, o Palácio e seus jardins foram tombados pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).</p>	
Tratamento Técnico	<p>Possui um laboratório chamado Laboratório de Conservação e Restauração (Lacour/Papel). O Laboratório de Conservação e Restauração tem como proposta a realização de atividades de conservação preventiva, reparadora e restauração dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico do Museu da República, visando estabelecer prioridades no tratamento dos documentos para a preservação de sua integridade.</p> <p>Dentro desta proposta, realizam-se atividades como: higienização do acervo; condicionamentos para guarda de livros e documentos; tratamento técnico de conservação reparadora; restauração de documentos e livros; e participação direta nas montagens de exposições no palácio</p>

	do Museu da República.
Pesquisa	A atividade de pesquisa no Museu da República é realizada, de modo multidisciplinar, tendo como objetivo estudar, comunicar e desenvolver múltiplas reflexões sobre a vida social, a partir dos acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos que a instituição abriga e do edifício e jardins do Palácio do Catete, ele próprio um museu casa. Coloca-se também o propósito de produzir conhecimento sobre o lugar e importância do Patrimônio na vida social brasileira e sobre as interseções que se estabelecem entre História e Memória.
Reprodução do Acervo	Não existem informações referentes ao que é permitido, com é feito e sobre termos de responsabilidade.
Instrumentos de Pesquisa	Não existem informações referentes a quais instrumentos são utilizados, quantos e se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Fonte: Quadro de nossa autoria

Como afirmamos anteriormente, ainda existem lacunas no conhecimento acerca da trajetória institucional do Museu da República. Não foi possível coletar informações do período de 1990 a 2003 que pudessem indicar até que ano o setor de Arquivo esteve subordinado ao setor de Museologia e Acervo.

Contudo, a sua posição hierárquica a partir de 1990, indica que o seu grau de autonomia na estrutura organizacional do Museu era restrito por se subordinar a outro campo de saber. Isso pode ter influenciado os usos, tratamento e aquisição do acervo arquivístico para seguir preceitos museológicos. Além disso, pode ter influenciado a formação do acervo arquivístico. Atualmente existe uma divisão de setores mais adequada por delimitar a atuação de cada campo de conhecimento. Os setores de Biblioteca, Arquivo e Museologia estão na mesma posição hierárquica.

### 3 ARQUIVOS EM MUSEUS

Nesta Seção apresentamos discussões teóricas acerca dos arquivos, dos museus e acerca das realidades de arquivos em museus. Buscamos observar inter-relações entre funções e características presentes no pensamento arquivístico e no pensamento museológico, tendo como base o tratamento para acervos arquivístico presentes em instituições museológicas.

A partir do Levantamento Bibliográfico poderemos, mais adiante, na Seção seguinte, observar e estudar os elementos próprios presentes no caso do Museu da República. Portanto, as discussões ora apresentadas servirão de base teórica para análise da problemática específica desta pesquisa.

Analisamos aqui a diferença entre arquivos de museus e arquivos em museus, quais as abordagens e usos possíveis de arquivos em museus e identificamos diversos papéis atribuídos a eles. Observamos que arquivos em museus assumem diversas características próprias.

Heloísa Bellotto (2013) apresenta conceitos que são problematizados e complexificados ao longo desta pesquisa. Os conceitos de arquivos e museus são formulados para delimitar as especificidades de cada um. A autora delimita funções de arquivos, bibliotecas e museus, e considera que essas instituições têm um objeto em comum: o documento. Nessa perspectiva, o que diferencia o tratamento entre uma instituição arquivística e uma instituição museológica é a forma pela qual os documentos são originados. Outro autor relevante é Schellenberg, o qual entende por documento:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 411)

Segundo Bellotto (2013), o arquivo e o museu possuem características distintas. O arquivo é um órgão receptor. Ele reúne os documentos seguindo a relação orgânica, origem e

função do documento. O museu, por sua vez, é um órgão colecionador que interessa as especificidades da instituição.

Conforme a mesma autora, a forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro (BELLOTTO, 2006, p. 36). São evidenciadas as fronteiras bem definidas entre arquivos, bibliotecas e museus e delimitados os espaços sociais próprios nos quais devem agir. Buscamos desenvolver reflexões sobre o que ocorre quando arquivos permanentes dotados de valor histórico são preservados, tratados e disponibilizados em uma instituição museal. Da mesma forma, averiguamos quais são as possibilidades de diálogo entre Arquivologia e Museologia.

Outra autora da área de Arquivologia, Marilena Leite Paes (1997) também delimita os campos de atuação do arquivo, biblioteca e museu. Segundo ela, a finalidade das bibliotecas e dos museus é essencialmente cultural, enquanto a dos arquivos é primordialmente funcional, muito embora o valor cultural exista, uma vez que constituem a base fundamental para o conhecimento da história (PAES, 1997, p. 16).

A compreensão do espaço social de cada instituição – arquivística e museológica - é ponto de partida para compreendermos como o acervo arquivístico permanente é abordado e utilizado no museu, sendo que tal compreensão deve ser ampliada e complexificada. O estudo de Belloto (2006) e Paes (1997) é respeitado na área de Arquivologia no Brasil e em âmbito internacional. Entretanto, existem estudos mais atuais de outros campos de conhecimento como a Ciência da Informação que desenvolvem reflexões a partir dessas questões. Araújo e Ramos (2014), por exemplo, buscam conhecer os limites e as possibilidades de aproximação entre as duas áreas.

Silva (2013), por sua vez, aborda as definições de arquivo em museu e explora suas características apontadas na literatura. É uma arquivista que aborda esse tema que é pouco explorado na área de Arquivologia. Mais do que delimitar os campos de conhecimento e suas atribuições, a autora investiga quais são os papéis atribuídos aos arquivos que fazem parte de instituições museais.

Outros autores abordam os arquivos em museus de forma mais específicas. Alguns exemplos são os estudos de Tessitore (2002), Silva (2013) e Hannesch e Granato (2014).

Tanto as instituições arquivísticas como as museológicas preservam acervos reconhecidos como objetos de memória.

Os autores destacados nessa pesquisa fazem parte de diferentes áreas de conhecimento. Entretanto, ressaltamos que suas ideias não precisam chegar necessariamente a um consenso. São conflitos intelectuais que podem trazer riqueza aos diálogos postos em debate e que podem trazer questões antes não levantadas.

Não se trata de promover o diálogo entre disciplinas em prol de um consenso, de um equilíbrio último em que a razão domine o caos. Ao contrário, supõe-se que é justamente do dissentimento que se faz a invenção e podem ser geradas novas ideias. O objeto transdisciplinar não é comum a diferentes disciplinas, ele é criado como um novo objeto, de maneira transversal, quando problemas que até então eram próprios de um campo de saber atravessam seus limites e fecundam outros (GONDAR; DODEBEI; 2005,p.14).

Arquivos em museus é um tema pouco explorado e os autores destacados ajudarão na reflexão e desenvolvimento dessa temática. Em 1979 ocorreu a Conferência de Belmont, organizada por Arthur Breton, do Arquivo de Arte Americana. Este evento reuniu no Centro de Conferência do Smithsonian, em Maryland, vinte e dois arquivistas e bibliotecários de dezoito diferentes instituições de guarda de acervos dos EUA e Canadá. Foi em função deste evento que o Conselho da Sociedade dos Arquivistas Americanos – SAA<sup>11</sup> criou a Força Tarefa de Arquivos de Museus, em janeiro de 1981, cuja atuação buscou aproximação com a Associação Americana de Museus – AAM, para realização de iniciativas coordenadas junto aos arquivos de museus (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 3).

Contudo, apenas em décadas mais recentes os museus americanos reconheceram a importância do arquivo produzido por meio de suas atividades próprias de coleta, pesquisa, manutenção e da acessibilidade dos registros nas instituições (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 4 )

Przybyla considera que é apenas em 1990 que podemos afirmar que os arquivistas de museu tiveram sucesso ao se organizar a si próprios dentro de um campo único – ainda que separado. A autora informa que foi a partir

---

<sup>11</sup>A SAA possui um grupo dedicado a Arquivo de Museu criado no evento de Belmont, constituído por profissionais de museus de arte, história, ciências e universidades, além de casas históricas.

desta época que arquivistas e historiadores iniciaram os relatos sobre as melhorias que os novos arquivos de museu estavam promovendo nas suas instituições, quando da publicação dos primeiros artigos em periódicos especializados como o *Museum News*, *Curator*, *History News* (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 106).

O acervo que compõe o Arquivo Histórico e Institucional do museu ajuda a preservar a memória da instituição, bem como sua identidade. A identidade de cada museu estará, portanto, estreitamente vinculada à identidade social e política dos grupos culturais que o criaram e mantêm, bem como a capacidade desses grupos de atuar em cada museu - como instâncias de significação social (SCHEINER, 2009, p. 46).

Em 1971, a 9ª Conferência Geral de Museus, realizada em Grenoble, França afirmava que os museus devem estar, antes de tudo, a serviço de toda humanidade; a principal meta dos museus é a educação e a transmissão de informação e do conhecimento, por todos os meios disponíveis (SCHEINER, 2009, p. 47).

Podemos observar novamente o quanto a função do Arquivo no museu está vinculada à missão da instituição. O objetivo do museu é transmitir a informação e o conhecimento. O Arquivo preserva a informação a fim de transmiti-la através do conhecimento que acumula. Tal informação precisa ser conhecida, interpretada, pesquisada e, então, transmitida.

Bellotto (2006) e Paes (1997) fazem caracterizações bem específicas das funções de cada instituição (Arquivo, Biblioteca e Museu), conforme expusemos anteriormente. De acordo com Bellotto (2006, p. 35), portanto, os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de instrumentos técnicos diferentes a materiais de diferentes origens. Arquivos, bibliotecas e museus, apesar de utilizarem instrumentos técnicos diferentes a materiais de origens distintas, possuem objetivos em comum.

As bibliotecas e museus têm fins didáticos, culturais, técnicos ou científicos (BELLOTTO, 2006, p. 36). Os documentos de biblioteca são resultado de criações artísticas e de pesquisa. São documentos gráficos, sua forma usual é impressa e múltipla. Os

documentos de arquivo são produzidos por entidades públicas ou privadas no transcurso de suas funções e atividades. Tem caráter, sobretudo, de prova e testemunho ao serem originados por motivos funcionais, administrativos e legais. São, em geral, exemplares únicos. Os documentos de museus assumem variadas formas, naturezas e dimensões. A característica deles é serem tridimensionais.

Na biblioteca e nos museus as unidades documentais são reunidas pelo conteúdo ou assunto. Na biblioteca, seus fornecedores são múltiplos: livrarias, editoras, empresas em gráficas, empresas jornalísticas, laboratórios de microfilmes. Os arquivos, diferente das bibliotecas e museus, têm seus acervos reunidos segundo sua origem e função. A divisão do acervo corresponde ao organograma da respectiva administração. Seguem objetivos primários ou secundários. Os objetivos primários seguem as razões pelos quais eles foram criados. São jurídicos, funcionais e administrativos. Os secundários são funcionais e de pesquisa histórica.

A partir das distinções entre os conceitos de arquivo e de museu será possível evidenciar suas semelhanças e diferenças. Além disso, é possível ainda perceber como o acervo arquivístico é percebido dentro da instituição museal e como é projetado institucionalmente. De acordo com a Lei 11.904 elaborada pelo Estatuto de Museu, museu público é :

Consideram-se museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Já o arquivo, segundo a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, é identificado como:

O conjunto de documentos recebidos e acumulados por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de exercício de atividades específicas, bem como por uma pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou natureza dos documentos (BRASIL, 2009).

Segundo Tessitore, a organização do museu se dá segundo a natureza do material e a finalidade específica do museu. Há catalogação peça por peça.

O museu possui objetos tridimensionais, originados da atividade humana ou da natureza, em exemplares únicos, produzidos por diversas fontes e reunidos, artificialmente, sob a forma de coleções em torno do seu conteúdo ou função. Trata-se de um órgão colecionador. É o lugar próprio organizado para coletar objetos, preservá-los e os classificar, estudar, expor, publicar, etc. Certamente as formas de fruição desses objetos são variadíssimas: o sonho, o devaneio, a contemplação estética, a expansão da afetividade, o exercício lúdico... Há todavia, dentro dessa multiplicidade de funções, uma que devemos constituir marca característica: o conhecimento ( MENESES, , 1992, p. 4 apud TESSITORE, 2002, p. 5).

Os museus podem definir, além da reunião de acervo, outras atividades a desenvolver, tais como programa de história oral, projetos de pesquisa, promoção de cursos, seminários, conferências e exposições, serviços de reprodução de documentos, consultoria técnica a outras entidades, etc. Entendemos, entretanto, que esses projetos não sejam exclusivos dos museus, sendo que os Arquivos também podem desenvolver essas atividades.

Para Tessitore (2002), os arquivos dos museus apresentam duas distorções muito comuns:

- Tomar por arquivo da instituição o que seria parte do seu acervo (biblioteca de apoio e suas funções e coleções temáticas). Lembremos que o arquivo é o conjunto de documentos que registra a sua ação administrativa e técnica, e não o produto dessa ação em si.
- Tratar, no outro extremo, o arquivo do centro ou museu como coleção, promovendo até mesmo desmembramentos para atender as exigências temáticas, que descontextualizam os documentos; há casos em que a parte do arquivo tratada como tal é a pertencente do gênero documental mais comum, o textual, considerada como “memória da instituição”, enquanto os chamados documentos especiais (fotos, filmes, fita) são preservados como coleções (TESSITORE, 2002, p. 6).

A diferenciação do arquivo institucional para o acervo do museu se torna mais difícil por justamente pertencer a uma instituição que tem por finalidade a formação de acervo documental de natureza semelhante à do próprio arquivo. Ou seja, não há distinção muito clara entre o arquivo institucional e o acervo do museu.

Devemos ressaltar, porém, que, se essa diferenciação é bastante clara em uma escola, um hospital, uma fábrica, ela se torna bem mais difícil quando o arquivo pertence a uma instituição que tem por finalidade a formação de acervo documental de natureza semelhante à do próprio arquivo (TESSITORE, 2002, p. 8).

Por isso, é importante que o quadro funcional seja especializado e conheça a história institucional. Para não haver equívocos na distinção entre a guarda de material de arquivo e material museológico, Tessitore recomenda que nem sempre o que se denomina fundo de arquivo dentro do acervo de um museu ou de um centro de documentação realmente o é (TESSITORE, 2002, p. 11).

Mas precisamos considerar que a forma como as coleções e os arquivos são tratados interfere nos papéis atribuídos ao acervo histórico do Museu. Por isso, vamos investigar o que ocorre no caso específico do Museu da República. Silva (2013, p. 38), apresenta a questão das funções de arquivos em museus, e afirma que suas características referem-se a duas funções básicas: recolher e colecionar.

A função de recolher refere-se à função de arquivo institucional do museu; e a função de colecionar refere-se à de preservar o acervo arquivístico adquirido pelo museu, de acordo com a política de aquisição institucional. Cada uma dessas funções possui características e procedimentos próprios, incluindo diferenças no processamento técnico das informações (SILVA, 2013, p. 38).

O arquivo permanente do Museu da República é constituído pelo arquivo Institucional e pelo arquivo Histórico. Os arquivos de museus exercem o papel de arquivo permanente (ou histórico) da instituição, recolhendo os documentos produzidos e acumulados pelo museu no exercício de suas atividades.

Outra função do Arquivo Institucional é manter atualizadas as informações sobre as exposições realizadas pelo museu (BEVILACQUA, 2010, p. 158 *apud* SILVA, 2013, p. 40). A exposição faz parte das atividades finalísticas do museu, assim como a pesquisa. Nesse sentido o arquivo auxilia a instituição nas suas atividades administrativas ao atualizar e preservar as informações.

Apesar do conhecimento da trajetória organizacional ser importante, as funções do arquivo não estão somente voltadas para o passado. A produção de arquivos correntes também interfere na delimitação dos documentos que constituirão o arquivo histórico do

museu. Os arquivos correntes são aqueles que ainda estão sendo usados pelos setores que os produziram, estão em constante movimento no exercício das atividades.

Além da função de recolher, referente ao arquivo institucional do museu, Silva (2013) reconhece a função de colecionar. Esta por sua vez, está atrelada à de aquisição de acervos arquivísticos. Cabe aqui salientar que estudos sobre coleções não são comuns na área de Arquivologia.

A Arquivologia estuda conjuntos documentais que possuem relação orgânica. Essa relação é o vínculo que os documentos têm entre si, em vista de fazerem parte do mesmo conjunto de funções e atividades institucionais. O documento está inserido num complexo de documentos que se inter-relacionam. O conceito de coleção está mais atrelado a objetos museológicos por esses serem reunidos artificialmente. Isso se dá quando existe intervenção intencional na forma em que os objetos serão reunidos e apresentados ao olhar nas exposições. Nos acervos arquivísticos também há uma intervenção através da seleção do que vai ser preservado ou não. Entretanto, os documentos arquivísticos são reunidos organicamente.

O documento adquirido pelo arquivo através da política de aquisição de documentos deve acompanhar os objetivos e a missão do museu. Este está em um constante processo de busca por novos itens que contemplam não somente objetos museológicos, mas também bibliográficos e arquivísticos.

Os arquivos de museus tem a missão de atuar no planejamento da política de aquisição de documentos arquivísticos por parte da instituição, em conformidade com a de acervos museológicos. Os museus, em geral, praticam uma constante busca de novos itens que complementem sua coleção, seja por compra, doação, permuta, ou comodato. Os itens adquiridos para integrar o acervo de museu podem possuir características de documentos bibliográficos, museológicos ou arquivísticos [...] A política deve contemplar os objetivos e a missão do museu, e prever os temas, os tipos de acervo e diversos critérios de seleção a serem estabelecidos pela instituição (SILVA, 2013, p. 41).

Questionar quais são os papéis atribuídos pelo arquivo em uma instituição museológica. faz com que nos deparemos com o papel do arquivista nesse cenário. Ele, em conjunto com outros profissionais, é também responsável pela avaliação, estabelecimento de diretrizes para

o recolhimento, dentre outras atividades. Além disso, as atividades-fim do museu como exposição, podem ter sua memória preservada e o arquivista auxilia a garantir a história das exposições.

Para tal, precisa proteger e acondicionar documentos institucionais organizá-los de acordo com as normativas arquivísticas, criar documentos para o acesso, fornecer serviços de referência à equipe e ao público bem como conduzir trabalhos de história oral (SILVA, 2013, p. 43).

O Arquivo do Museu da República é participante e ativo nas atividades administrativas da instituição. Em suas exposições também representa sua própria identidade institucional. Ele subsidia a representação da instituição enquanto prova e testemunho das funções e atividades desenvolvidas no Museu.

Archival records serve as an aid in administrative decision making because they contain the collective memory of the museum (...) Archives are also important to the museum because they help preserve the documentation of its collections <sup>12</sup> (DEISS, 1984, p. 9).

Os acervos arquivístico complementam informações sobre os contextos em que objetos museológicos foram produzidos.

Although all (or most) museums attempt to maintain records documenting the acquisition and disposition of objects and specimens in their collections, the records maintained in registrarial files or curatorial files are often incomplete and can be supplemented by tangentially related files in the archives <sup>13</sup> (DEISS, 1984, p. 9).

É relevantemente reconhecido pelos profissionais que trabalham no Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República (AHI/MR) o trabalho de pesquisa que os arquivos de

---

<sup>12</sup> Documentos de arquivo servem como uma ajuda na tomada de decisão administrativa, pois eles contêm a memória coletiva do museu (...) Arquivos também são importantes para o museu, porque eles ajudam a preservar a documentação das suas coleções. (Tradução nossa)

<sup>13</sup> Apesar de todos (ou a maioria) os museus tentarem manter registros que documentam a aquisição e alienação de objetos e modelos em suas coleções, os registros mantidos em registros de arquivo ou arquivos de curadoria são muitas vezes incompletos e podem ser complementados por arquivos tangencialmente relacionados nos arquivos. (Tradução nossa)

museus exercem. Os acervos auxiliam a reconstituir a história contextual de produção de objetos museológicos e outros documentos.

Esse resgate de informações sobre o conhecimento histórico tem influência direta na informação que será disponibilizada para os diferentes tipos de usuários. Através da pesquisa de campo e realização de entrevistas, foi percebido que o acervo é bastante procurado por pesquisadores, especialmente documentos iconográficos que são reproduzidos em trabalho de pesquisa.

It is not surprising that museum records have research value to historian and other scholars interested in museums, social and cultural affairs, art, science and technology, local and regional studies, and institutional development (...) Museum with archives programs are serving an ever increasing number of serious researches <sup>14</sup>(DEISS, 1984, p. 9).

Outro apontamento interessante de William Deiss (1984) que lança luz sobre as abordagens e usos de arquivos em museus é que ele é utilizado para divulgar os museus.

Archival material can also be used to publicize the museum. The public relations value program cannot be overestimated. A museum with a long history of significant contributions to its nation, state, and community, can explicit that history in order to insure its futures prosperity<sup>15</sup> (DEISS, 1984, p. 10).

Esse autor chama a atenção para a importância da existência de programas em arquivos de museus. De acordo com o PMBOK <sup>16</sup>(2004), programa é um grupo de projetos relacionados, gerenciados de modo coordenado para a obtenção de benefícios e controle que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente. Os programas ajudam a preservar o que realmente é valioso para a memória da instituição. A sistematização da preservação, dentre outras atividades, aperfeiçoam não somente pesquisas históricas, mas

---

<sup>14</sup> Não é de se surpreender que os registros de museus têm valor de pesquisa para o historiador e outros estudiosos interessados em museus, assuntos sociais e culturais, arte, ciência e tecnologia, estudos locais e regionais, e desenvolvimento institucional (...) Museu com programas de arquivos estão servindo um número cada vez maior de pesquisas sérias. (Tradução nossa)

<sup>15</sup> Material de arquivo também pode ser usado para divulgar o museu. O valor dos programas de relações públicas não pode ser subestimado. Um museu com uma longa história de contribuições significativas para a sua nação, estado, e comunidade, pode evidenciar sua história, a fim de garantir a sua prosperidade a futuros. (Tradução nossa)

<sup>16</sup> PMBOK é um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos

também as atividades rotineiras da instituição que se baseiam em sua memória e identidade institucional. Esses programas garantem que materiais valiosos para gerações futuras não sejam perdidos.

Além disso, é importante e necessário que o arquivista estude a história organizacional do museu e considere que a estrutura administrativa pode sofrer várias mudanças. Essas estruturas não são estáticas e a mudança de nível hierárquico do arquivo indica sua importância e auxilia a construir a história arquivística dos acervos do setor de Arquivo do museu. E mais do que isso, como os valores atribuídos a ele foram transformados historicamente considerando os usos que são feitos dele.

É interessante observar como o setor de Arquivo é percebido em uma instituição que tem a missão de colecionar. Podemos questionar se parte do acervo arquivístico é percebido como coleção. A partir daí, poderemos observar como é seu tratamento. Buscamos distinguir esses conceitos e delimitar as apropriações que profissionais que exercem atividades vinculadas ao arquivo fazem dele.

De acordo com Hannesch e Granato (2014), os museus e arquivos têm a preocupação de reunir, guardar, conhecer e dar acesso a materiais únicos em benefício dos usuários e públicos presentes e futuros (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 1). Segundo esses autores, as duas instituições possuem objetivos convergentes. Diante dessas semelhanças podemos questionar que características o setor de Arquivo em uma instituição museológica possui.

Hannesch e Granato (2014) fazem uma diferenciação entre arquivos de museus e arquivos em museus. A definição de arquivos em museus envolve documentos adquiridos pela instituição, tendo em vista formar coleções e complementar conjuntos documentais. Essa definição está diretamente relacionada à missão institucional.

Propõe-se utilizar o conceito de arquivos de museus para o conjunto de documentos resultantes da produção e recolhimento de documentos oriundos das atividades realizadas pela própria instituição e que refletem as ações de aquisição ou coleta, pesquisa, exposição, administração, disseminação, capacitação realizadas pela própria instituição e que refletem as ações de aquisição ou coleta, pesquisa, exposição, administração, disseminação, capacitação realizadas para o funcionamento do museu. Do mesmo modo, estamos utilizando o conceito de arquivo em museus, relacionando-o aos arquivos ou fundos adquiridos pela instituição no âmbito de sua missão de

formação de coleções e complementação de conjuntos documentais, que servirão de fonte de pesquisa, tendo como objetivo o cumprimento da missão institucional (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 110).

De acordo com os mesmos autores, o arquivo de custódia é consequência de uma política de aquisição exercida pela entidade custodiadora com os objetivos principais de:

Reunir conjuntos documentais complementares às suas atividades; proceder às ações de proteção de conjuntos documentais passíveis de perda ou destruição; ou exercer o papel finalístico da instituição que os adquire, seja por previsão em legislação ou para uma função socialmente reconhecida (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 113).

Existem conjuntos de arquivo ou fundos documentais de inúmeras procedências, para além do arquivo da própria entidade. De certo modo, pode-se afirmar que as políticas de aquisição institucional que se apresentam desta maneira podem ser pensadas como formadoras de uma “coleção” de arquivos.

Os documentos que integram uma coleção são selecionados, organizados e constituem um conjunto organizacional. Para Crippa (2005), o arquivo satisfaz as condições para guarda de coleções.

É uma definição puramente descritiva que leva a diferenciar uma coleção de um simples amontoado de objetos: as peças são selecionadas e organizadas, construindo, assim, um conjunto informacional. Museus, bibliotecas, arquivos satisfazem essas condições (CRIPPA, 2005, p.10)

Voltando a Hannesch e Granato (2014), o mesmo afirma que os arquivos exercem um papel de complementaridade nos museus. Isto por que:

Ao trazer para o universo do patrimônio o contexto das relações sociais que um conjunto de documentos pode estabelecer – como fonte de entendimento destas relações sobre diferentes perspectivas, de produção de conhecimento, informação e, especialmente, como produto cultural -, verifica-se a complementaridade que os arquivos exercem dentro dos museus (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 105).

O conjunto de documentos institucionais é resultante de atividades administrativas, das ações e das relações que se estabelecem entre os indivíduos, grupos internos e com outras instituições. São gerados e recebidos por uma entidade produtora em decorrência das funções e atividades. Ao refletir sobre quais são as possíveis abordagens e usos dos arquivos em museus, é considerado interessante um apontamento dos autores Hannesch e Granato (2014). São apontadas outras possibilidades de entendimento das características que assumem na instituição:

Entretanto, ao trazer para o universo do patrimônio o contexto das relações sociais que se pode estabelecer por meio de um conjunto de documentos (fonte de entendimento destas relações sobre diferentes perspectivas, de produção de conhecimento, informação e, especialmente, como produto cultural), verifica-se a complementaridade que os arquivos exercem dentro dos museus (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 3 ).

É interessante por que um dos nossos principais questionamentos desta pesquisa é qual é o papel do arquivo nos museus, ao considerar que características lhes são atribuídas na instituição. Esses autores consideram que os arquivos exercem o papel de complementaridade no museu. Isso por que é fonte de entendimento das relações sociais, ou seja, o conjunto de documentos auxilia a interpretação de ações e significados que fazem parte dessas relações sociais. Nesse sentido, auxiliam no entendimento da produção de conhecimento, informações e produção cultural de um museu. O arquivo sob essa perspectiva, exerce, então, um papel complementar na administração do museu, e não à parte.

Ao desenvolver reflexões acerca dos papéis atribuídos pelos arquivos em instituições museais, os autores Hannesch e Granato (2014) consideram que o arquivo desempenha um duplo papel.

Assim, em um museu, é possível afirmar que o serviço de arquivo, enquanto unidade administrativa responsável pela guarda, controle e utilização dos arquivos, realiza, muitas vezes, um duplo papel: o de arquivo institucional e de arquivo custodiador. Nesse sentido, o papel exercido por esta unidade gestora é influenciado não só pela estrutura na qual se subordina, como pelas funções que apresenta institucionalmente. (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 10).

Esses autores destacam que esse papel não é influenciado somente por fazer parte de uma estrutura museal a qual o arquivo se subordina. Esse duplo papel é influenciado pelas

funções que o arquivo apresenta institucionalmente. Ou seja, não é tão somente a natureza da instituição que determina o papel a ser desempenhado pelo arquivo. Seus papéis são influenciados pelas atividades que todo arquivo deve desenvolver na instituição da qual faz parte.

De acordo com Tessitore (2002), arquivo custodiado é aquele intencional ou voluntariamente adquirido ou recebido por uma entidade arquivística, mas que tem sua procedência/origem em um indivíduo ou instituição outra, que o produziu e reuniu em decorrência do exercício de suas funções e atividades (TESSITORE, 2002, p. 8).

Geralmente esta categoria de arquivo (arquivo de custódia) é consequência de uma política de aquisição exercida pela entidade custodiadora, com os objetivos de: reunir conjuntos documentais complementares às suas atividades; b) proceder às ações de proteção de conjuntos documentais passíveis de perda ou destruição; e/ou c) exercer o papel finalístico da instituição que os adquire, seja por previsão em legislação ou para uma função socialmente reconhecida (HANNESCH; GRANATO, 2014, p. 8).

É importante considerar que a política de aquisição é exercida e aplicada por profissionais de diferentes formações. As abordagens e usos de arquivos em museus são feitas por profissionais de diferentes campos de conhecimento, entretanto isso não significa que há diálogo entre eles. A representação museal a partir dos arquivos, dentre outros elementos, não é feita somente pelo passado. É olhando também para o futuro que se quer construir ao determinar pela seleção, o que vai ser esquecido e o que vai ser lembrado. Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa (GONDAR, 2005, p. 17).

É sobre essa perspectiva que consideramos o arquivo como locus de produção de conhecimento, estratégias e mecanismos pelos quais as representações sociais são construídas. Não são inócuos, fossilizados, sacralizados, guardiões de memória inerte. São espaços também de atualização, visto que sua montagem é seletiva e faz projeção ao porvir que sofre constantes mutações.

Seguindo esse pensamento de percepção da realidade que o arquivo transmite, Gondar (2005), apesar de não tratar diretamente dos arquivos, faz uma interessante relação entre o aparente caráter estático das representações e a mutabilidade da sociedade.

Se pensarmos que a esfera social é viva, pulsante e em constante mudança, as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento (...). Em vez das forças em constante tensão, em constante disputa, agindo em um plano de pequenas variações e alterações, confunde-se o que elas produzem – as representações coletivas ou sociais como o próprio processo de que essas representações resultam. Assim como não se pode reduzir a passagem do tempo real, em suas ínfimas variações, à marcação dos ponteiros de um relógio, não se pode reduzir a permanente agitação das forças sociais ao contorno homogêneo de uma representação (GONDAR, 2005, p. 23).

Os arquivos têm algo a representar. Em meio a essa relação entre passado e futuro está o projeto de representar algo. A representação tem um objetivo, e é aquela que ajuda a formular e organizar os meios pelos quais ele vai ser atingido. A representação do Museu da República tem o objetivo, dentre outros, de transmitir o conhecimento acerca da história republicana do Brasil.

O acervo arquivístico ajuda a produzir sentidos pelos quais as exposições do Museu da República, por exemplo, simbolizam a nação. Os símbolos desta são representados por personagens históricos, eventos, e grandes feitos na república do Brasil. A preservação desses documentos arquivísticos representam ações políticas. Preservá-los permite conhecer melhor as ações do presente, avaliá-las e reavaliá-las.

O pensamento contemporâneo foi produzido valendo-se de uma tradição filosófica e ideológica em que o idealismo e o materialismo, sujeito e objeto, constituíram elementos estratégicos (MORAES, 2005, p. 89). Os sujeitos, os objetos e a relação dos sujeitos com os objetos são mobilizados enquanto elementos estratégicos para ajudar a construir memória, preservá-la e representá-la. O acervo arquivístico do Museu da República é utilizado como elemento estratégico para acionar a memória da República e representá-la.

Nesse sentido, os arquivos constituem-se elementos estratégicos para representação do patrimônio desse Museu. São elementos estratégicos para construção da memória republicana

do Brasil. Essa memória faz parte da memória social, que é preservada como garantia de transmissão à posteridade, de valores que são ameaçados pela mutabilidade social.

Assim como os próprios sujeitos, os arquivos produzidos por eles no âmbito de suas funções e atividades constituem elementos estratégicos para legitimação e autoafirmação da história política dos indivíduos ou coletividades.

Estratégia Social, segundo Moraes, é:

Uma estratégia social é uma produção ou operação que se realiza e exige um planejamento, combinações de ações das forças e alianças implicadas em um conflito, preparada para a disputa e retomada de interesses ou sentidos ameaçados [...] remete à existência de uma modelagem das relações sociais, pois considera atitudes, comportamentos, valores, expectativas, e é abrangente; por meio de uma lógica de confronto, simplifica, limita, desqualifica ou desconsidera as demais vozes e falas, as divergências e as tensões, eliminando-as ou não, bem como enfatiza as diferenças e interesses que estruturam a vida social (MORAES, 2005, p. 93)

Existe um embate discursivo de poder para elaborar a memória oficial da nação. Em meio a esse embate, os arquivos são mecanismos fundamentais. Museus produzem discursos em que os arquivos são mobilizados para subsidiar a construção de narrativas. Entende-se por discursos como instauradores de sentidos que são, por excelência, memoriais.

O discurso utiliza a base linguística com a finalidade de expressar e produzir sentidos. Os processos discursivos que funcionam sobre essa base não são como “expressões de um puro pensamento”, mas como consequência das seleções ideológicas (OLIVEIRA; ORRICO, 2005, p. 73). Eles são provas e testemunhos de grandes feitos que asseguram a manutenção do poder dos sujeitos. São mecanismos que auxiliam na afirmação e, sobretudo, produção de si mesmos.

Doações de documentos feitas aos museus podem ser importantes mecanismos de construção da memória e estratégias de consagração. Podem ser estratégias de consagração de personagens históricos, e até mesmo, se pensarmos numa dimensão maior, da nação.

Muitos documentos referentes ao trabalho político são doados aos museus. Diplomas, escritos, medalhas, condecorações, são documentos que são expostos ao olhar com o intuito de fazer o público apreciar os serviços prestados à nação. É uma forma de celebrar e imortalizar determinados personagens históricos. O Museu da República pode ser entendido como um canal de construção de uma versão específica da história do Brasil. No Museu da República é narrada a história da República brasileira através da representação de personagens e fenômenos, por exemplo. Eles representam o que determinados grupos buscam identificar como a excelência social e política da nação.

A exposição ao olhar, dos objetos doados por pessoas ao museu carregam crenças, valores e visões de mundo singulares e ao mesmo tempo referenciais. Isto porque, indivíduos podem representar coletividades inteiras. O que está em jogo são as relações sociais que incorporam valores e tem o potencial de modificar culturas. Existem movimentos, como produção de narrativas e discursos de museus, por exemplo, que trabalham nesse sentido de moldar culturas.

Podemos questionar quais são os significados investidos nos documentos arquivísticos doados pelos personagens históricos. O que eles evocam? Esses documentos, além de fazer a mediação do visível com o invisível, servem de prova das ações desses homens públicos. Fazem referência, sobretudo, às carreiras políticas que construíram. Mas não as ações de suas vidas como um todo, somente aquelas referentes ao seu trabalho de dedicação a nação (ABREU, 1996, p. 39). Em geral são representadas aquelas referentes ao seu trabalho de dedicação à carreira política e a nação. Pessoas símbolos da nacionalidade são representadas e imortalizadas pelos objetos e arquivos que testemunham suas vidas transmitindo conhecimento à posteridade.

Thiesen (2009) considera que os museus não são somente espaços de memória, mas espaços de produção. Produção de pesquisa, de informações e de conhecimento (THIESEN, 2009, p. 64). Essa é uma reflexão contemporânea do papel social do museu e do arquivo.

Arquivos em museus auxiliam a construir enunciados que estejam em consonância com os objetivos e missão da instituição. De acordo com informações coletadas no site do Museu

da República, um dos seus objetivos é comunicar o patrimônio cultural republicano que conserva. Isso auxilia a narrar a história da República brasileira.

Bourdieu (1987) traz uma denominação que se relaciona às funções dos museus: mercado de bens simbólicos. Como vimos anteriormente, o que está em jogo são as relações sociais. Nesse sentido, por meio das doações, a troca não se constitui por valores econômicos. Mas o que existe é a troca de prestígio, honra, legitimidade. Conjunto de ideias e valores são afirmados no presente por meio do culto a determinada representação do passado.

O Museu da República cumpre o seu papel de “lugar de memória” (NORA, 1993). Os bens privados passam a ser bens públicos e, por meio disso as memórias coletivas que eram geridas pelos grupos sociais passam a ser responsabilidade desses lugares. Os museus representam esses grupos e através das gerações, os imortalizam.

Os arquivos de museus em âmbito nacional podem ser mecanismos e estratégias de poder, visto que são mecanismos para construção de simbologia da memória nacional. Por meio deles é provada a relevância de grupos sociais que se utilizam deles, através de doações, por exemplo, para fazerem uma produção de si mesmos à sociedade.

A preservação de fundos arquivístico, como os do Museu da República, que fazem referência à memória republicana da nação, pode funcionar como estratégia para a construção da imagem de indivíduos, de grupos sociais e mesmo de fenômenos políticos. E, mais do que isso, é também, instrumento de uma estratégia maior que é construção da nação. Os arquivos permanentes em museus públicos de âmbito nacional configuram aquilo que foi selecionado para fazer parte da memória nacional, é um mecanismo de edificação do Estado.

Os arquivos em museus podem ser caracterizados por sua função educativa, e estratégica para construção de imagens de indivíduos, grupos e fenômenos. Sua função educativa está relacionada aos significados que os arquivos carregam, identificados pelos profissionais que os preservam.

O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida do seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o

historiador quem fala e a explicação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto é de natureza retórica (MENEZES, 1998, p. 9).

Para o âmbito desta pesquisa importa pensar que podemos considerar não somente os historiadores que dão sentido ao arquivo, mas também todos os profissionais que trabalham no arquivo. No Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República (AHI/MR) a equipe é formada por profissionais de diferentes campos de conhecimento.

A partir da visão de Menezes (1998) podemos considerar que o que dá significado ao arquivo é o conhecimento acerca dele são os contextos nos quais é produzido. Por essa razão, não são os documentos que têm significados por si próprios. São as pessoas que o estudam e interpretam que lhe dão sentido.

O conhecimento acerca dos contextos nos quais os acervos foram produzidos, também contribui para dar significado. Esse contexto, muitas vezes, se relaciona com o perfil da instituição e sua identidade. Além disso, existe um interesse em construir uma identidade para o arquivo histórico que busca estar em consonância com a missão da instituição. De acordo com informações do site do Museu da República, sua missão é contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano que conserva. O seu compromisso é com a universalização democrática do acesso aos seus acervos, o respeito à diversidade e a construção da cidadania.

Acervos arquivísticos possibilitam entender e interpretar relações sociais. Eles ajudam no desenvolvimento sociocultural do país, da produção e divulgação de conhecimento. Auxiliam na divulgação por meio dos instrumentos de pesquisa e disponibilização do espaço para visitas ao acervo.

Setores de Arquivo em museus costumam conter arquivos privados, sobretudo pessoais. A lei 8.159 define em seu artigo 11, arquivos privados como: “[...] os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.” (BRASIL, 2009).

A maior parte dos fundos arquivísticos do Museu da República<sup>17</sup> é constituída de arquivos pessoais. Santos (2012) considera que:

Os arquivos pessoais, ao representar uma parcela da memória coletiva contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade. Não se criam com uma finalidade histórica e cultural inicial, mas são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida, e adquirem ‘valor’ testemunhal por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu significado social e cultural (SANTOS, 2012, p. 21).

O arquivista precisa conhecer o processo histórico percorrido pelo titular ao longo de sua vida. Esse é o melhor instrumental para identificação e contextualização dos documentos, pois isso permite vislumbrar a lógica de acumulação dos mesmos.

Ao compreender os mecanismos utilizados pelo titular do arquivo para resguardar tais documentos, o arquivista consegue elaborar um arranjo final em séries, levando em consideração as funções e atividades desenvolvidas pelo titular, possibilitando a reunião de documentos dispersos em pastas e caixas nas séries idealizadas, o que facilita tanto o trabalho de quem organiza quanto de quem pesquisa (LISBOA, 2012, p.16)

O valor testemunhal dos documentos pode ser adquirido posteriormente com a atribuição de significado de quem os produziu, acumulou, guardou, ordenou, disponibilizou. Por isso, o trabalho de pesquisa e contextualização nos arquivos pessoais é tão importante. O tratamento arquivístico de arquivos institucionais ou pessoais deve estar calcado no investimento em pesquisas sobre as instituições, as pessoas e seu(s) campo(s) de atuação (SANTOS, 2012, p. 38).

Conforme afirmamos anteriormente nesta Seção, existe intencionalidade na seleção do que vai ser lembrado e do que vai ser esquecido. O que se percebe nos arquivos pessoais é uma produção de discursos por parte do titular, ao fazer uma produção de si mesmo. Isso por que pode ajudar a projetar sua própria identidade através de uma imagem construída pelo acervo que o vai representar.

---

<sup>17</sup> A identificação e análise dos fundos serão tratadas na seção seguinte.

A seleção da documentação marcada pela subjetividade de seus produtores, afetada acima, em boa parte dos casos, pela intencionalidade desses – e de todos que manipularam a documentação antes de sua organização arquivística. Por meio de tais documentos, os produtores promovem a construção de uma memória “desejada”, garantindo assim a transferência à posteridade de determinados fatos ou visões legitimados por essa documentação (ABELLÁS, 2012, p. 75).

Legados documentais são deixados aos cuidados do Museu da República para preservação e acesso. Imagens são construídas através das doações e posterior seleção do que se quer que seja revelado. Os documentos selecionados para constituir um arquivo de uma instituição museal busca estar alinhado com o que o museu objetiva representar. Os objetivos e a missão do museu ajudam a configurar a política de aquisição de acervos dos arquivos.

O Levantamento Bibliográfico, por nós realizado, possibilitou identificar outros usos, ainda que tivessem sido explicitados pelos autores. De acordo com os autores estudados, os arquivos em museus apresentam papéis característicos. Seus usos são diversos, sobretudo voltados para pesquisa. Esses estão voltados para o atendimento interno do museu e para o público. Estão sempre alinhados com as atividades-fim da instituição, buscando ser referência para pesquisa.

No que se refere à técnica e política arquivística o arquivo histórico e institucional do museu é bem desenvolvido, apesar da dificuldade de angariar recursos para o desenvolvimento tecnológico e para publicar livros. Foi percebido que o arquivo é valorizado no Museu por ser constantemente acionado na elaboração de programas e publicações. No que se refere aos programas, exposições, publicações, o arquivo se faz presente e é reconhecido dentro e fora da instituição como fonte rica de informações históricas.

#### **4 O ARQUIVO HISTÓRICO E SUAS CONFIGURAÇÕES**

Nesta Seção apresentamos informações e nossas análises sobre o Arquivo Histórico do Museu da República. Analisamos como é formado, como os documentos chegaram à instituição e quais documentos integram o acervo.

Investigamos se existem e quais são as especificidades do Arquivo no Museu da República. Buscamos observar, a partir da linha de acervo e da política de aquisição de acervos, quais são seus usos na instituição.

Elaboramos uma tabela com informações básicas retiradas do Guia de Fundos e também apresentamos informações coletadas junto aos funcionários do Museu para entender as representações e usos dos conjuntos documentais.

Para melhor compreendermos nosso objeto, levando-se em consideração os consensos ou dissensos e as interações entre os diferentes profissionais no âmbito do Museu da República em torno dos seus acervos arquivísticos, foi realizada pesquisa de campo exploratória utilizando roteiro de entrevista.

Foram realizadas seis entrevistas no dia seis de abril de 2016, com profissionais de seis setores, Arquivo, Museologia, Pesquisa, Diretoria, Assessoria Técnica e Comunicação. No setor de Arquivo duas profissionais foram entrevistadas, a historiadora Silvia Pinho e a arquivista, Gleise Cruz. No setor de Museologia entrevistamos a museóloga Alejandra Saladino que trabalha na instituição há seis anos. No setor de Pesquisa, entrevistamos o historiador Marcus Sacri que também trabalha no Museu há seis anos. Entrevistamos a diretora, Magaly Cabral, que é pedagoga e trabalha na instituição há nove anos. No setor de Assessoria Técnica, entrevistamos o coordenador técnico, Mário Chagas, que é museólogo e iniciou seu trabalho no Museu em 1987. O setor de Comunicação foi o único em que a entrevistada, Patrícia Fernandes, respondeu as questões por e-mail. Não obtemos informações sobre seu perfil. Mais informações sobre o perfil dos entrevistados, e as entrevistas na íntegra, podem ser encontradas nos Apêndices 1 e 2 desta dissertação.

Essa interação serviu para compreendermos como o acervo é abordado e utilizado. Como vimos na Seção anterior, as entrevistas auxiliam a lançar luz sobre o espaço ocupado pelo setor de Arquivo no Museu.

A primeira entrevista foi realizada no dia oito de junho de 2015. Foi o primeiro contato com o Arquivo Histórico tendo em vista conhecer suas características gerais. Fui recebida pela historiadora e ex-chefe de arquivo, Silva Pinho. Segundo ela é comum pesquisadores fazerem entrevistas para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos. Foram levantadas questões acerca da composição dos fundos arquivísticos; avaliação estatística de pesquisadores; publicações; programas educativos; quadro de arranjo; quadro funcional que compõe a equipe; representação do acervo na internet; história arquivística do acervo; sala de consulta e atividades de descrição e indexação. Foi analisado o diálogo dos profissionais que trabalham no arquivo com outros setores na instituição; principalmente aqueles que geram documentos e os representam institucionalmente.

Foi observado que não existe análise estatística dos pesquisadores que visitam o acervo arquivístico. Porém, há registros destes através de uma ficha de cadastro, também chamada de ficha de pesquisa, do atendimento ao usuário. Nessa ficha é registrado qual é o interesse na pesquisa, se são para realização de trabalhos acadêmicos, a serviço de editoras, dentre outros fins.

A maior parte do atendimento é feito por e-mail. Muitos Museus e editoras pedem autorização para reprodução do acervo. O IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) fez uma instrução normativa com formulário padrão de reprodução do acervo que é utilizado no Museu da República.

Para atender a essa demanda, as fotografias foram digitalizadas a fim de facilitar o acesso. O fundo Pereira Passos, por exemplo, possui mil e trezentas fotos. Podemos perceber, então, que talvez grande parte da repercussão do acervo no tocante a usuários está vinculada ao apelo imagético da sua documentação iconográfica.

Existem fotos únicas da Guerra de Canudos no Museu tiradas pelo fotógrafo Flávio Barros, com dois álbuns originais. Além de editoras e museus pedindo autorização de reprodução também existe forte interesse interno pelas imagens. Há uma modalidade curiosa

de usuário: os artistas. Existe um setor de arte contemporânea no Museu da República. Os artistas que trabalham no setor de Arte Contemporânea costumam pesquisar frequentemente o arquivo histórico para montar as exposições. Apesar de ser um setor de arte contemporânea, existe uma orientação para que as exposições sempre tenham um vínculo histórico.

Além desse interesse pelas imagens, também existe interesse significativo pelo acervo de Getúlio Vargas. Ele é uma das marcas principais do Museu, onde se encontra exposto o quarto em que ele dormia, o pijama, a arma com a qual cometeu suicídio, sua máscara mortuária, dentre outros objetos. Vargas fazia doação de suas homenagens para o Museu Histórico Nacional, as quais depois foram transferidas para o Museu da República. Podemos perceber que essa era uma forma do ex-presidente demonstrar o seu prestígio em outros estados.

Algumas obras têm todas as imagens retiradas do acervo histórico. Podemos perceber a importância do acervo e sua valorização. Um exemplo é o livro “Museu da República” (MUSEU DA REPÚBLICA, 2011). Esse livro contempla os três acervos: bibliográfico, arquivístico e museológico. É muito interessante essa iniciativa de divulgação, porém depende de recursos financeiros que não são disponibilizados com facilidade.

Segundo Silvia Pinho, no Lacour (Laboratório de Conservação e Restauração), é feita a conservação, a restauração, o acondicionamento e é como se a exposição fosse a atividade final. Os profissionais sempre pensam, segundo Pinho, no potencial das exposições, as quais sempre tem a participação do arquivo. Podemos perceber, então, que existe um esforço tanto dos museólogos quanto dos profissionais que trabalham no arquivo de oferecer os documentos ao público.

Existe um setor educativo que promove visitas guiadas, colônias de férias e um projeto intitulado “Bastidores do Museu”. A colônia de férias foi criada em 1980 e tem como projeto a visita ao arquivo histórico para conhecer a história do Brasil. Cada ano se propõe um tema diferente. O projeto “Bastidores do Museu”, por sua vez, recebe alunos de ensino médio, estudantes de Arquivologia, dentre outros. As visitas são agendadas e as turmas dos alunos são levadas para conhecer os três setores: arquivo, biblioteca e museu.

Recentemente foi feito um site novo com apresentação do arquivo, no intuito de disponibilizar o guia de fundos. Todavia, as informações da internet são superficiais e não representam de fato a complexidade do acervo arquivístico. Existe boa repercussão do acervo nos programas, nas publicações, mas pela internet é incipiente. O Guia de Fundos parece estar mais voltado para o atendimento interno. Os pesquisadores que visitam o setor podem consultar o Guia de fundos, porém não está disponível amplamente para o público.

A partir do estudo do Guia de Fundos do Arquivo Histórico do Museu da República, observamos como este arquivo é formado. O Guia de Fundos permite um conhecimento preliminar e geral sobre o acervo.

A descrição dos conjuntos contém informações gerais acerca do titular e dos documentos que fazem parte da coleção. Para dar visibilidade às características do acervo, elaboramos uma tabela com elementos descritivos do Guia de Fundos, que segue a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)<sup>18</sup>.

Os campos de descrição utilizados pelo Guia de Fundos são: Código de Referência; Data de Produção; Dimensão e Suporte; Produtor; Biografia; História Arquivística; Âmbito e Conteúdo; Sistema de Arranjo; Condições de Acesso; Condições de Reprodução; e Unidades de Descrição Relacionada. Extraímos seis informações principais desse instrumento: nome da coleção; data de produção; volume; como as coleções chegaram ao Museu da República; data de entrada e descrição dos conjuntos.

Objetiva-se identificar especificidades desse setor de Arquivo enquanto parte de uma instituição museal. Ou seja, analisar o que ocorre, de fato, quando um Arquivo Histórico faz parte de um Museu; se existe distinção no tratamento, forma de organizar, representar, etc.

O Guia de Fundos do Arquivo Histórico do Museu da República é constituído por 30 coleções. Há um descompasso entre a maneira pela qual o guia é intitulado e o seu conteúdo.

---

<sup>18</sup> A Nobrade é uma norma aprovada pela Resolução nº 28 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Estabelece diretrizes para a descrição arquivística no Brasil compatíveis com as normas internacionais sistematizada em documentos como o ISAD(G) e ISAAR (CPF). Seu objetivo é facilitar o acesso e a troca de informações em âmbito nacional e internacional. Ela foi elaborada para ser aplicada preferencialmente na fase permanente. Embora também possa ser aplicada na descrição em fases correntes e intermediárias.

Apesar de ser chamado guia de fundos, a equipe considera que ele representa 30 coleções. O termo fundo está relacionado a documentos de arquivo que são acumulados organicamente.

O historiador Krzysztof Pomian (1990) define coleção como, qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e exposto ao olhar do público (POMIAN, 1990, p. 53).

O respeito aos fundos, por sua vez, é um dos princípios arquivísticos que consiste em manter agrupados, sem misturá-los a outros, os documentos provenientes de uma mesma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica (DUCHEIN, 1983 *apud* TARCISO, 2003, p. 248).

Natalis de Wailly, historiador e bibliotecário francês, é considerado o autor do conceito de respeito aos fundos. Ele inspirou uma circular assinada pelo ministro Ducharel e publicada em 24 de abril de 1841. A partir daí nasce a noção de fundo de arquivo.

“[...] Agregar documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (documentos) provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem de diferentes fundos [...]”. E para evitar qualquer tentativa de constituição de coleções, a circular acrescentava: “[...] os documentos que apenas têm relação com o estabelecimento, um corpo, ou uma família não devem ser confundidos com fundo desse estabelecimento, desse corpo ou dessa família [...]” (DUCHEIN, 1983, *apud* TARCISO, 2003, p. 249).

O fundo é o conjunto de documentos que tem a mesma proveniência. O princípio de respeito aos fundos busca evitar a formação de coleções que integram documentos artificialmente por possuírem alguma relação, ainda que não possuam a mesma proveniência.

O guia de fundos faz uma descrição das grandes coleções que integram o arquivo histórico. A maior parte das coleções se refere a personalidades que estão envolvidas na História Republicana do Brasil. O guia de fundos descreve 26 coleções: Aarão Reis; Armindo Doutel de Andrade; Canudos; Celina Vargas; Cemitério de Pistóia; Cristóvão Barcellos; Edgar Teixeira Leite; Enê Garcez dos Reis; Epitácio Pessoa; Eurípedes Aires de castro; Família Passos; Francisco Sá; Geraldo Calmon; Getúlio Vargas; Ivan Watsh Rodrigues; Jenny

Dreyfus; J.J. Seabra; Lúcio Meira; Machado de Assis; Maria Lenk; Memória da Constituinte; Nilo Peçanha; Palácio do Catete, Pedro Motta; Presidentes da República; Raphael de Almeida Magalhães; Roberto Cerqueira. Vamos estudar as informações coletadas no guia de fundos.

A tabela a seguir representa as informações para o interesse desta pesquisa, que foram encontradas no Guia de Fundos acerca das coleções que integram o Arquivo Histórico:

**Tabela 1 : Informações coletadas no Guia de Fundos do Arquivo Histórico**

Anos de Entrada	Nome da Coleção	Ano de Produção	Forma de Entrada/Como chegou	Volume	Documentos que integram o acervo
1965/1966/1980	Família Passos	1806 a 1960	<p>A coleção foi formada pela reunião de documentos relacionados à família do ex-prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos.</p> <p>A maior parte da coleção foi doada ao Museu da República pela família Passos em 1965. Maria Passos de Castro, neta de Francisco Pereira Passos, fez doação ao MR em 1966 que formou a série Maria Passos de Castro. Parte das fotografias que integra o acervo foi transferida do Museu Histórico Nacional para o Museu da República em 1980.</p>	Há 5.592 documentos textuais e 1.147 fotografias	Oliveira Passos foi o responsável pela construção do Teatro Municipal. Existem muitos documentos referentes à construção do teatro e cartas. Maria Passos colecionava documentos referentes à família e terceiros, inclusive da família real que integram o arquivo histórico.
1965 e 1998	Epitácio Pessoa	1958 e 1998	Essa coleção é formada por documentos doados ao Museu	Há 915 documentos textuais (cerca de	A coleção é composta, principalmente, de documentos que retratam o período em que atuou na

			Histórico Nacional por Mary Sayão Pessoa, em 1958. Posteriormente esses documentos foram transferidos ao Museu da República. Também existem doações feitas ao Museu da República por Helena Pessoa em 1965 e por Elizabeth Raja Gabaglia Pacheco Leão em 1998. Existem documentos sem registro de procedência.	90 cm); 342 fotografias; 114 cartões postais (+7cópias); 05 estampas; 02 desenhos e 11 mapas	Presidência da República
1966	Canudos	Agosto de 1897 a outubro de 1897	O acervo foi doado por Otília Pirarucura Blum ao Museu da República	Há 3.415 imagens em slides, contatos, fotografias e negativos; 02 fitas-cassete; 01 fita-micro e 06 documentos textuais	O que se encontram são fotos que procuram mostrar vitória e retratar a população de Arraial em posição de prisioneira e derrotada. Há fotografias que mostram as características da cidade, como paisagens e construções. A maioria enfoca o Exército, ao retratar oficiais, generais, batalhões e médicos. São retratados tanto em momentos oficiais como em momentos de descanso.
1966/1967/1973/1978	Nilo Peçanha	1871 a 1967	O acervo foi doado pela sua viúva, Anita Belisário Peçanha, em 1948, e pela sua irmã, Armênia Peçanha, em 1960 ao Museu Histórico Nacional. A documentação foi	Há cerca de 23.000 documentos textuais e 547 fotografias	A coleção reúne documentos referentes à vida pública e privada do titular. Há 20.000 correspondências divididas em dossiês e organizadas cronologicamente. Os principais assuntos são pedidos de favorecimento, cumprimentos, congratulações, informações sobre questões políticas,

			<p>transferida ao Museu da República nos anos de 1977 e 1983. Existem documentos avulsos doados diretamente ao Museu da República em 1967 por Fernando Bruno Pinto, Mário Barreto Franca e Edmundo B. Pinto.</p> <p>Existem ainda, registros de doações realizadas ao Museu da República nos anos de 1966, 1973 e 1978, sem indicações relativas à sua procedência, bem como registros de doações sem qualquer informação sobre procedência e data. Também constam documentos colecionados por terceiros sobre Nilo Peçanha.</p>		<p>financeiras e pessoais.</p> <p>Também existem desenhos técnicos de motores de automóveis, plantas de terrenos, recortes de jornais e revistas sobre prática e assuntos referentes à gestão pública do titular. Reúne produções de Nilo Peçanha e de outros personagens, entrevistas e discursos, conferências e livro reunindo mensagem à Assembleia Legislativa de quando Peçanha era Presidente do Estado do Rio de Janeiro.</p>
1967	Francisco Sá	1867 a 1968	A coleção foi doada pelo filho do titular	Existem cerca de 2.274 documentos textuais; 50 fotografias; 01 negativo e 01 caricatura	O acervo reúne registros da carreira pública e da vida pessoal de Francisco Sá. Existem muito documentos sobre portos, estradas de ferro, além de assuntos políticos e administrativos relacionados à sua carreira pública
1976	Jenny Dreyfus	1788 a 1960	Doação de Jenny Dreyfus ao Museu da República	Existem 899 documentos	Esta coleção reúne ex-libris nacionais e estrangeiros de diversas

				visuais (+758 cópias)	personalidades e entidades coletivas. Existem, também, provas de ex-libris (inclusive defeituosas) e ex-libris comemorativos, em grande parte acompanhados de fichas que contêm informações sobre cada peça. Destacam-se temas exóticos, simbólicos, religiosos e o trabalho de artistas renomados como José Watsh Rodrigues, Alberto Lima, Oswaldo Silva e Bruno Collich, Há ainda ex-libris de autoria da própria titular.
Transferido Museu Histórico Nacional para o Museu da República em 1979	Machado de Assis	1890 a 1989	A coleção é composta de documentos isolados. Provavelmente foram comprados de Laura Litá Carvalho, filha de Sara Leitão, sobrinha da esposa do titular, pelo Ministério da Educação e Cultura. O acervo foi transferido ao Museu da República	Há 46 documentos textuais, 20 fotografias e 1 disco	A coleção contém documentos que retratam sua vida pessoal, como testamentos, retratos e objetos pessoais. Também existem gravações de poemas e prosas. Existem, ainda, documentos sobre a discussão acerca do destino do acervo do escritor. (Trata-se de uma coleção temática acerca de Machado de Assis, cujo arquivo pessoal está na ABL)
1983	Edgar Teixeira Leite	1922 a 1982	São documentos doados pela sua filha, Vera Struck, ao Museu da República	Há cerca de 2.000 documentos textuais; 30 fotografias (+ 28 cópias); 59 desenhos; 01 disco; 14 mapas	Essa coleção reúne documentos de instituições ligadas às atividades do titular. Alguns exemplos são Rotary Club do Rio de Janeiro, Cruz Vermelha, e Sociedade Nacional de Agricultura.
Documentos acumulados e reunidos dentro da	Palácio do Catete	1858 a 1959	Essa coleção foi criada em 1984 pela equipe do Arquivo	Há cerca de 534 documentos textuais; 4	A coleção “Palácio do Catete” reúne documentos ligados à construção e às intervenções que o prédio sofreu ao

instituição em 1984.			Histórico com o objetivo de agrupar todos os documentos relacionados ao Palácio do Catete encontrados no Museu da República.	fotografias; 28 plantas (+15 cópias)	longo se sua história. A coleção é composta, principalmente, de contas e recibos de construção do Palácio e plantas do edifício.
1984 e 1985	Presidentes da República	1889 a 2011	A coleção foi formada por doações isoladas e pela transferência de documentos do Museu Histórico Nacional para o Museu da República	Há cerca de 575 itens documentais	São reunidos documentos que reconstituem temas representativos da atividade pública e privada de ex-presidentes da República e dos períodos presidenciais. Essa coleção reúne documentos produzidos de 1873 a 1992.
1985	Eurípedes Aires de Castro	1921 a 1985	A coleção foi doada pelo titular ao Museu da República	Há 86 fotografias (+4 cópias); 1 desenho, 1 estampa, 05 fitas-cassete (com transcrições); 86 documentos textuais; 121 recortes de jornais; 2 medalhas	A coleção reúne documentos sobre a trajetória de Eurípedes Aires de Castro enquanto líder sindical dos metalúrgicos. Inclui depoimentos sobre movimentos sindicais, política e assuntos gerais.
Recolhimento em 1990	Memória da Constituinte	1985 a 1989	Foram realizadas pesquisas através dos documentos do Museu da República e entrevista com uma profissional da área de documentação, Francisca Helena Barbosa. Segundo as informações obtidas, o	Há Cerca de 21.700 documentos (84.000 folhas) impressos, datilografados, manuscritos; 181 fotos, p&b e color, 30 x 40 cm; 11	A coleção reúne documentos acumulados pela Comissão Provisória de estudos Constitucionais (CEC) e pelo Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC) no período de 1985 a 1988. O tema central da coleção é o processo de discussão e participação popular que levou à Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988.

			acervo foi recolhido ao Museu da República em 1990.	folhas, 304 contatos; 51 tiras de negativos p&b; 119 cartazes; 01 transparência; 09 adesivos; 14 originais de arte; 104 fitas de vídeo, 10 cópias BETAMAX, VHS, U-MATIC; 476 fitas cassete; 06 cópias; 53 disquetes 5 1/4; 5 fitas magnéticas; 11 microfilmes; 3 fitas de base de dados.	Os documentos que integram o acervo são, principalmente, o material de trabalho da CEC e do CPMC. Estão incluídos estudos, pesquisas, enquetes, abaixo – assinados, sugestões e relatórios que lhe serviram de subsídios. O CPMC reunia documentos produzidos pela Assembleia Nacional Constituinte (ANC), como fotografias, projetos, emendas e resoluções. Há diversas cartilhas, livros, cartazes e publicações de organizações do estado e da Sociedade Civil. Alguns exemplos são União das Nações Indígenas, Conselho Nacional de Direito da Mulher MST, CUT, entre outros. Há vasto material audiovisual, com debates e depoimentos de diversos constituintes e personagens de trajetória pública. Alguns assuntos incluem reforma agrária, legalização do aborto, direito do preso, regulamentação das profissões, entre outros.
1992 e 1996	Aarão Reis	1870 a 1989	Doações ao Museu da República pelo seu bisneto, Gilberto Acselrad	Há 288 documentos textuais; 3 mapas; 2 estampas; 9 fotografias; 01 ex-libris	Essa coleção reúne documentos relacionados ao planejamento de construção da cidade de Belo Horizonte, atividades funcionais do titular, produção intelectual, discursos realizados como deputado federal. Também existem documentos produzidos após sua morte, como homenagens póstumas e comemorações pelo centenário de

					nascimento.
1992 e 1997	Raphael de Almeida Guimarães	1931 a 1992	O acervo foi doado pelo titular ao Museu da República	Há 9.722 documentos (33.827 folhas + 54 livros): impressos, datilografados, manuscritos, além de plantas-baixas, jornais, revistas e 143 fotos p&b	A maioria dos documentos é de caráter administrativo, abrangendo o período em que Raphael de Almeida Magalhães participou do governo do Estado da Guanabara, em especial durante a Gestão de Carlos Lacerda.
1995	Lúcio Meira	1950 a 1992	O acervo foi doado pela filha do titular, Isabel Celso Meira	Há 544 documentos textuais, 688 fotografias e 14 discos	A coleção contempla documentos referentes a sua atuação no processo de industrialização brasileira, principalmente nos governos de Vargas e JK. Os assuntos em destaque são indústria automobilística, indústria de construção naval e siderurgia. Também tem destaque a documentação produzida durante sua gestão na Comissão de Desenvolvimento e Industrial e no Ministério da Viação e Obras Públicas.
1996 e 1998	José Joaquim Seabra	1892 a 1985	Doação de Anna Maria Ribeiro Seabra, sobrinha-neta do titular, ao Museu da República	Há 88 documentos textuais e 17 fotografias	A coleção contempla documentação referente a vários aspectos e fases da vida pública do titular, como seu exílio e campanha à vice-presidência da República.
1998	Roberto Cerqueira	1980 a 1999	O acervo foi doado pelo titular ao Museu da República	Há 3.415 imagens em slides, contatos, fotografias e	A coleção contempla registros do seu trabalho. Há reproduções de jornais coletados pelo titular sobre o MST e outros assuntos. Também integram o

				negativos; 02 fitas-cassete; 01 fita-micro e 06 documentos textuais.	acervo imagens dos movimentos sociais Sem-Terra e Sem-Teto, fotografia de eventos esportivos, bailes de carnaval, campanhas eleitorais, entre outros.
1999	Celina Vargas	1920 a 1982	A coleção chegou ao Museu da República por meio de doação feita por Celina Vargas ao Museu da República	Há 2 fitas-cassete; 71 documentos datilografados; impressos ou manuscritos (+31 cópias); 1 fichário; 1 livro; 2 álbuns; 17 fotografias (+7 cópias); 12 cartões postais.	A coleção contempla diversos documentos sobre a carreira política e pessoal de Getúlio Vargas. Contém diplomas, homenagens, documentos de identidade pessoal, entrevistas, serviços prestados à campanha eleitoral, ata de inauguração da Avenida Presidente Vargas, entre outros.
1999	Cemitério de Pistóia	1944 a 1951	O acervo foi doado por Paulo Sérgio Brasileiro Pessoa, neto do construtor do cemitério, ao Museu da República	Há 41 fotografias	Nessa coleção existem muitas fotografias de vistas do cemitério militar brasileiro construído na cidade de Pistóia, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Também há fotografias de cerimônias de sepultamento e imagens de flores nos túmulos dos soldados.
1999	Geraldo Calmon	1930 a 1954	O acervo foi doado pelo seu filho mais velho, Geraldo Calmon Costa Júnior, ao Arquivo Histórico do Museu da República	Há 30 documentos textuais; 02 fitas de tecido; 45 fotografias; 02 discos e 03 filmes	A coleção é composta basicamente de documentos referentes ao presidente Getúlio Vargas.
1999	Maria Lenk	1932 a 1986	A coleção foi doada pela própria titular ao Museu da República	Há 5 fotografias (sendo 2 cópias); 1 texto de Maria Lenk sobre	A coleção contempla, principalmente, publicações em que Maria Lenk aparece do lado de Getúlio Vargas. Também há fotografias da titular

				Getúlio Vargas; 1 carta de Maria Lenk a Getúlio Vargas; 9 folhas de livro impressas; 1 convite da Escola Técnica de Aviação; vários recortes de jornais e revistas	em eventos esportivos e solenidades. Há um texto produzido por Maria Lenk ressaltando a importância da atuação governamental de incentivo ao esporte.
2006	Pedro Motta	1964 a 1985	A coleção chegou à instituição por meio de doação em 2006 pelo irmão do titular, José Thomaz Figueira Motta, após seu falecimento. Pedro Motta trabalhou muitos anos na Assessoria de Imprensa no Palácio Guanabara. Nesse cargo, acumulou as fotografias que compõem essa coleção.	Há 79 fotografias	Essa coleção também contempla fotografias diversas de vários políticos e personalidades. Estão incluídos Carlos Lacerda, Leonel Brizola, Negrão de Lima, João Havelange, Eurico Gaspar Dutra, Pelé, entre outros.
2006	Enê Garcez dos Reis	1940 a 1954	O acervo foi doado seis anos após a morte do titular, pela sua filha, Maria Aleixo Reis do Valle.	202 fotografias; 01 cartão-postal; 01 impresso	A coleção contempla diversos documentos sobre a carreira política e pessoal de Getúlio Vargas. Contém diplomas, homenagens, documentos de identidade pessoal, entrevistas, serviços prestados à campanha eleitoral, ata de inauguração da Avenida Presidente Vargas, entre outros.
2007	Ivan Wash	1980 a 1990	A coleção foi	Há 34 cadernos;	O acervo é constituído por diversos

	Rodrigues		formada em 2007 através da reunião de alguns materiais de trabalho do antigo funcionário do Museu da República	10 blocos; 02 livros; 06 fichários; 57 desenhos; 02 estudos de livretos; 25 fotolitos; 05 contatos; 15 tiras de negativos; 41 fotocópias; 2 revistas; 13 cartazes (+ 06 cópias); 01 transparência ; 108 estudos/esboços; 01 envelope.	tipos de documentos como desenhos e cadernos de anotação utilizados pelo titular para realizar seus trabalhos no Museu.
2008 e 2013	Armino Doutel de Andrade	1941 a 1997	O acervo foi doado por Lígia Moelmann Doutel de Andrade, viúva do titular, ao Museu da República	Há 3 metros lineares de documentos textuais e 57 fotografias	O acervo é formado por documentos pessoais do titular, documentos que registram sua atuação política. Também existem documentos produzidos após seu falecimento como notícias sobre seu falecimento, correspondência de pêsames para a viúva e homenagens póstumas recebidas.
s/d	Cristóvão Barcellos	1908 a 1950	São documentos que foram doados ao Museu Histórico Nacional e transferidos para o Museu da República.	Há 6 documentos textuais, 53 fotografias (+11 cópias), 2 cartões-postais	A maioria dos documentos dessa coleção é composta por fotografias que se referem à sua carreira militar, participação na Segunda Guerra Mundial, Revolução Constitucionalista de 1932 e na sua atividade política, de maneira geral. Também existem documentos sobre homenagens feitas a ele

s/d	Getúlio Vargas	1825 a 1984	A coleção foi formada por funcionários do Museu da República após transferência de documentos do Museu Histórico Nacional. Além disso, também passaram a integrar o acervo documentos de doações diversas. A data de criação da coleção não foi identificada. Há relatos de que, entre os documentos vindos do MHN, estariam itens doados diretamente por Vargas àquela instituição, enquanto era Presidente da República	Há cerca de 291 documentos textuais; 16 álbuns (total de 2.650 fotografias); 203 fotografias avulsas; 2 estampas e 6 discos.	Essa coleção reúne textos, discursos, avaliações do seu governo, correspondências sobre assuntos pessoais e políticos, diplomas, homenagens, blocos de anotações, publicações. Há também muitos documentos produzidos após sua morte como homenagens, investigações sobre sua morte, álbuns, fotografias de diversas instituições, cidades e países oferecidos a Getúlio Vargas.
-----	----------------	-------------	---	--	--

O Guia de Fundos representa bem o Arquivo Histórico por contemplar um número significativo de coleções. Dentre as trinta coleções, 27 estão descritas. Além disso, contém as principais informações relevantes que interessam ao pesquisador, como por exemplo, formação da coleção, descrição dos conjuntos, data de entrada e sistemas de arranjo.

Buscamos identificar quais tipos de sistemas de arranjo predominam no Arquivo Histórico e entender o que objetivam representar. Percebemos que o que predominam são sistemas de organização que contemplam: correspondências, documentos visuais, sonoros e audiovisuais, documentos pessoais, produção intelectual, trajetória profissional, regiões em que os titulares atuaram, assim como assuntos em que os titulares estavam envolvidos e instituições a que estavam vinculados.

No entanto, a natureza das coleções não é perfeitamente equiparável. Muitas são constituídas por arquivos pessoais doados pelo titular ou familiares. Outras são coleções que contêm documentos avulsos reunidos a partir de algum critério temático. Essa forma de reunião de documentos não segue uma lógica arquivística, por valorizar mais o tema do que o respeito a proveniência e a relação orgânica. A lógica museológica parece se sobrepor à lógica arquivística no que se refere a constituição de acervo dentro do Arquivo Histórico. Isso porque, o Arquivo Histórico é constituído em sua totalidade por coleções<sup>19</sup>.

Um exemplo de documentos que são reunidos artificialmente pela relação em comum que possuem são os que integram a coleção “Presidentes da República”. Essa coleção compõe um volume muito pequeno de documentos. É formada por 29 séries com documentos que reconstituem temas que objetivam representar a atividade pública e privada de ex-presidentes da República e dos períodos presidenciais.

A coleção “Presidentes da República” não representa os presidentes de forma equilibrada, pois algumas séries são muito maiores do que outras. Há uma série, “Fernando Collor”, que contém apenas um documento textual. É um volume muito pequeno e não é representativo da história desse ex-presidente no cenário político brasileiro. Outras coleções referentes a outros políticos que não fizeram parte da presidência da República possuem informações mais representativas. Esse é um dos elementos que indicam que as coleções não são equiparáveis.

Essa série demonstra que prevalece a ideia de que o museu deve retratar os líderes máximos da República. Na coleção “Presidentes da República” não há uma série destinada ao

---

<sup>19</sup> Segundo a lógica arquivística, como vimos, geram formas diferenciadas de tratamento e concepção, entendidos como organizações artificiais.

ex-presidente Getúlio Vargas. Ele assume uma posição diferenciada por ficar à parte com uma coleção própria. Isso pode se dar pela relação que o ex-presidente tem com o Palácio do Catete. Getúlio Vargas se suicidou no Palácio do Catete em 24 de agosto de 1954. A relação entre Getúlio Vargas e o Palácio do Catete é de outra natureza. Ele foi personagem em um evento traumático da história política do Brasil ocorrido exatamente nas dependências desse imóvel.

Existe apenas uma coleção que foi acumulada dentro da instituição. Isso pode ter ocorrido pelo prestígio do titular por ser sobrinho de um desenhista famoso. A coleção é de Ivan Watsh Rodrigues, que teve grande influência em seu trabalho, principalmente nos desenhos de fardas militares. Ivan Watsh Rodrigues trabalhou no Museu por mais de vinte anos, na Divisão de Documentação e Pesquisa como desenhista, ilustrador e aquarelista. A coleção foi formada no ano de sua morte, 2007, pela reunião de alguns materiais de trabalho encontrados no Arquivo Histórico. Grande parte da coleção é formada por desenhos e estudos de indumentárias. É importante destacar que essa coleção já fazia parte do Arquivo Histórico antes do seu falecimento.

A data-limite de produção contempla um período muito longo e não há referência no guia de fundos da quantidade de documentos produzidos em cada ano. Dessa maneira não foi possível precisar em que década a produção é maior.

O período de doações de documentos ao museu é representado no gráfico a seguir:

Figura 4 : Anos de Doações de Acervo Arquivísticos ao Museu da República



Fonte: Produção de nossa autoria produzida a partir do Levantamento Bibliográfico

Um dos períodos principais de formação do acervo foi a década de sessenta com sete doações que formaram quatro coleções. As coleções que foram doadas nesse período foram a de Canudos, Família Passos, Francisco Sá e Nilo Peçanha. Há mais de uma data de entrada do acervo no museu para algumas coleções. Por exemplo, a coleção Família Passos contempla documentos doados nos anos de 1965 e 1966.

É importante destacar que o Museu da República foi criado em 1960. Isso justifica o número de coleções doadas nessa década, principalmente por familiares. O objetivo era fazer com que esses acervos ficassem sob a custódia do museu para garantir sua preservação. Além disso, concorre para dar visibilidade à história dos titulares para sociedade.

Na década de noventa, entretanto, há mais doações do que na década de sessenta. Há o dobro de doações, catorze. Nos anos noventa foram doados documentos para as coleções de Celina Vargas, Cemitério de Pistóia, Epitácio Pessoa, Geraldo Calmon, José Joaquim Seabra, Lúcio Meira, Maria Lenk, Memória da Constituinte, Raphael de Almeida Magalhães e Roberto Cerqueira. Em algumas coleções há mais de um ano de doação.

Questionamos, porque, então, a década de noventa apresenta maior número de doações. O relatório geral de atividades do Arquivo Histórico do período de 01/01/1984 a 14/03/1985 cita como tarefa o tratamento da documentação doada pelo MHN. Nos relatórios dos anos posteriores, há um grande silêncio quanto aos meios de aquisição de documentos, o que leva a crer que tais práticas se davam no campo da informalidade, sem que registros fossem produzidos (MADEIRA, 2014, p. 43). Esse fato dificultou conhecer o motivo pelo qual houve maior número de doações na década de noventa.

No entanto, através do levantamento bibliográfico, em conjunto com as entrevistas investigamos alguns elementos de análise. Como vimos anteriormente, de acordo com Hannesch e Granato (2014), na década de noventa houve melhorias nos setores de Arquivos de museus. Começaram a ser publicados artigos de referência internacional cuja repercussão pode ter influenciado os museus brasileiros. Com isso, os funcionários do Museu da República, que buscam sempre se atualizar através do conhecimento, podem ter incentivado a aquisição de documentos nesse período; o que pode justificar o aumento da intensidade de recebimento de doações em 1990.

A busca por atualização foi percebida na entrevista com Patrícia Fernandes<sup>20</sup>, responsável pelo setor de Comunicação, que reconhece a importância do uso do acervo arquivístico para divulgação. Segundo ela, a Assessoria de Comunicação, como setor responsável pelas ações voltadas à divulgação e ao compartilhamento de informações intrínsecas ao Museu, tanto interna como externamente, procura criar um diálogo permanente com os diversos setores. A entrevistada entende que a cooperação do arquivo, principalmente quanto à produção de conteúdo dessas ferramentas, é fundamental para garantir informações fidedignas, considerando a imensa responsabilidade pela transmissão de informações por uma instituição com finalidade cultural como o Museu da República.

Isso pode estar relacionado às considerações de Deiss (1984) analisadas na Seção anterior, de que os arquivos são utilizados para divulgar o museu. Os profissionais podem ter reconhecido, através das produções científicas, o papel do arquivo em representar o Museu.

Pelo que vimos anteriormente, o Arquivo Institucional ainda está em processo de organização. Conhecer a fundo a constituição desse acervo ajudará a entender as diretrizes do Museu da República no passado e, com isso, entender as formas de entrada de documentos na instituição. Segundo a historiadora Silvia Pinho, os registros de entrada são uma preocupação recente. Isso ajudará a entender melhor a constituição do Arquivo Histórico, e o porquê de alguns anos haver intensidade maior de doações do que em outros.

Algumas das doações do MHN não possuem datas identificadas, como as coleções de Cristóvão Barcelos e Getúlio Vargas. A coleção Eptácio Pessoa possui documentos doados ao Museu Histórico Nacional em 1958, sendo posteriormente transferido ao Museu da República; a coleção Família Passos contém documentos doados pelo MHN em 1980.

A coleção Nilo Peçanha contém documentos doados pelo MHN em 1960 e a coleção Raphael de Almeida Magalhães contém documentos doados pelo MHN em 1984 e 1985. É importante ressaltar que a história arquivística do acervo não é conhecida integralmente, apesar dos profissionais buscarem informações sobre o acervo para representá-lo. No entanto, muitas informações sobre a forma de entrada de documentos no Arquivo foram perdidas.

Segundo a historiadora do Arquivo Histórico, Silvia Pinho, ainda é preciso se debruçar sobre a documentação do Arquivo Institucional para investigar se vai preencher o conhecimento sobre o próprio acervo. No entanto, já trouxe contribuições significativas por tornar acessíveis muitas informações sobre o arquivo histórico.

---

<sup>20</sup> Informações coletadas através de Entrevista por e-mail com Patrícia Fernandes. A entrevista encontra-se transcrita no apêndice 3 dessa dissertação.

De acordo com a historiadora, “o Arquivo Institucional tem muito histórico sobre o Arquivo Histórico”.<sup>21</sup> Ou seja, o arquivo institucional tem informações muito relevantes para se compreender a formação do Arquivo Histórico. Além disso, o acervo arquivístico também lança luz sobre a constituição dos acervos da Biblioteca e da área de Museologia. O Arquivo Institucional, dessa maneira, ajuda a conhecer a memória dos setores da instituição de uma forma geral.

No Programa Memória Institucional (PMI), criado no Arquivo Histórico em 2010, foram entrevistados ex-diretores e funcionários do Museu e contribui para se compreender a constituição do Arquivo Histórico.

O PMI tem outro traço que é o programa história oral. E aí, com isso, a gente consegue reunir informações sobre a história do Museu e, com isso, a história do acervo também. Entender como veio cada acervo, como foi, por exemplo. Por que teve acervo... Na época em 1983 se torna independente do MHN. Como foi? Como eles dividiram isso? Teve acervo que foi, teve acervo que voltou pra lá, teve acervo que ficou. Como foi isso? Então isso tudo... ainda tem muita coisa pra fazer, mas o arquivo institucional é o maior passo para essa investigação. Para os três setores<sup>22</sup>.

A política de aquisição de acervos é uma preocupação recente no Museu da República. Segundo a arquivista, Gleise Cruz<sup>23</sup>, existem linhas de pesquisa dentro do museu, nas quais atuam vários profissionais. Há uma Comissão Interna de Acervo (CIA) que reúne algumas áreas de conhecimento do Museu da República: Arquivo, Biblioteca, Museologia e Galeria de Artes e de Educação.

De acordo com informações do site do Museu<sup>24</sup>, a Biblioteca do Museu da República teve origem na estrutura administrativa do Museu Histórico Nacional. Seu acervo é constituído por livros, folhetos e periódicos vindos do acervo do próprio MHN, acrescido de doações de nomes expressivos da história republicana brasileira ao longo dos anos. A coleção, que hoje conta também com CDs e DVDs, está presente em bibliografias que disseminam assuntos como os da Igreja Positivista, Getúlio Vargas e Rio de Janeiro.

O Setor de Museologia do Museu da República- que inclui Reserva Técnica-, por sua vez, é a área que se dedica à preservação do acervo museológico através de medidas de

<sup>21</sup> Entrevista concedida por PINHO, Silvia na sede do Museu da República. Entrevista: Marianna Matos Batista, Rio de Janeiro, 2016. Nota de voz 9. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 3 desta dissertação.

<sup>22</sup> Entrevista concedida por PINHO, Silvia na sede do Museu da República. Entrevista: Marianna Matos Batista, Rio de Janeiro, 2016. Nota de voz 9. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 3 desta dissertação.

<sup>23</sup> Gleise Cruz trabalha como arquivista no Museu da República há seis anos. Se formou na Universidade Federal Fluminense em 1998.

<sup>24</sup> Disponível em : [www.museudarepublica.museus.gov.br](http://www.museudarepublica.museus.gov.br) . Acessado em 08/07/2016.

conservação e documentação como forma de salvaguardar o patrimônio cultural presente sob a guarda do Museu. Suas principais funções são a perpetuação do patrimônio com intuito de promover e difundir o acervo, contribuindo para a comunicação entre este e a sociedade, bem como mediar pesquisas internas e externas.

Foi possível identificar um traço diferencial do Arquivo por fazer parte de um museu. Essa especificidade se refere a dois elementos apresentados como importantes pela historiadora Silvia Pinho. Segundo ela, o primeiro elemento refere-se à avaliação feita pelo setor para receber documentos. Quando há uma proposta de doação são consideradas as linhas de acervo, mas também existe um preparo dos profissionais para reconhecer a visualidade que os documentos vão ter para o público. Ela utiliza um termo específico para definir esse critério: potencial expositivo. Ou seja, o valor em potencial que o acervo tem para atrair o interesse do público nas exposições. Segundo as profissionais que trabalham no Arquivo, o potencial expositivo não é definitivo no processo de aquisição, mas ajuda.

Outro diferencial destacado é a forma de acesso aos acervos pelos visitantes do Museu. Muitos visitantes passam a se interessar pelo acervo arquivístico após tê-lo conhecido através de visitas à exposição.

Muitas vezes, ele não vai chegar via pesquisa, vai chegar via exposição. A forma como ele chega... por que tem acervo que nunca por ter sido pesquisado. Ou então, o público vai me procurar por que viu na exposição. Por exemplo, a exposição que a gente tem que é “Memória da Constituinte”. Que é acervo relacionado a... esse acervo a gente fez uma exposição aqui em 2008 dos vinte anos da constituição muito baseado nesse acervo. E o tema era uma sala que ficou muito bonita, que o pessoal fez uma fac-símile das cartas. Esse acervo também contém cartazes da população com sugestão para o processo da Constituinte de 88 que teve uma participação popular. Teve gente aqui que esteve na exposição e “quer” ver as cartas. Antes dessa exposição eu nunca tinha atendido nenhum pesquisador sobre a Constituição<sup>25</sup>

O Arquivo Histórico do Museu da República assume especificidades por fazer parte de uma instituição museológica. Ou seja, o Arquivo enquanto parte de uma instituição museal contém algumas características que o distinguem de outros arquivos que fazem parte de outras instituições. Alguns exemplos são os destacados pela historiadora: os critérios de aquisição de acervo e a maneira pela qual o público passa a conhecer o acervo que integra o Arquivo Histórico.

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Pinho, Silvia na sede do Museu da República. Entrevista: Marianna Matos Batista, Rio de Janeiro, 2016. Nota de voz 9. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 3 desta dissertação.

Essas especificidades evidenciam a influência das exposições nas funções e atividades do Arquivo Histórico. As funções e atividades do Arquivo estão em consonância com as linhas de acervo que direcionam a organização de exposições. Ao receberem propostas de doações, é levado em consideração o interesse do Museu da República em expor os documentos que estão sendo oferecidos à instituição.

Nas entrevistas aplicadas com os diversos profissionais que exercem atividades vinculadas ao arquivo fica evidente a boa comunicação Inter setorial. O bom diálogo entre o Arquivo e os setores que fazem parte da organização das exposições ajuda a compreender quais são as modalidades de acervo que seguem o interesse institucional para exposição.

A entrevista com a arquivista e a historiadora revelou a estreita relação do Arquivo com as exposições no Palácio. Segundo a historiadora, o Arquivo Histórico é utilizado principalmente para exposição. Quando uma exposição está sendo montada, os profissionais responsáveis pela organização da exposição solicitam o máximo de documentos a respeito do tema da exposição.

Essas características e funções do Arquivo voltadas para exposição também foram apontadas pelo coordenador técnico, Mário Chagas, responsável pela Assessoria Técnica, setor ao qual o Arquivo está subordinado.

Cada setor aborda o Arquivo de uma forma diferente e aponta usos distintos dos demais. Foram identificados nove usos: complementar pesquisa iniciada no setor de Museologia; entender a formação de determinada coleção; embasar publicações institucionais do Museu da República; fonte pra produção de trabalhos científicos; preparo para montagem de exposições, fonte de pesquisa para acesso de informações sobre a História do Brasil e período Republicano; cobrir exposições fora do Museu da República; elaborar o Boletim Republicano encontrado no sítio do Museu e auxiliar programas educativos.

A utilidade de “cobrir exposição” é outra característica específica de um arquivo que faz parte de uma instituição museal. É um termo naturalizado por profissionais com experiência na montagem de exposições que utilizam documentos de arquivo.

No entanto, é uma expressão nova para o olhar da Arquivologia diante de um terreno pouco explorado, que são os arquivos em museus. Por isso, merece atenção e ser problematizado. Apreende-se que a palavra utilizada por Mário Chagas se relaciona com a atividade jornalística de cobertura.

Esta representa a presença de um repórter em um evento ou acontecimento com o fim de coletar e transmitir informações. Entendemos que quando o arquivo é acionado para “cobrir uma exposição” é usado para conferir veracidade à narrativa museal, funcionando

como prova. A atividade do Arquivo Histórico de cobrir exposições fora do Museu da República revela o seu cunho ativo e participativo nos eventos institucionais.

Foi possível identificar, pelas entrevistas, alguns papéis atribuídos aos arquivos por profissionais de diferentes setores. Dentre os papéis atribuídos ao Museu da República é destacado o de preservar a memória da República Brasileira e ser referência para questões relativas ao período republicano. Além disso, também é destacado o seu papel de cuidar da memória institucional. É importante ressaltar que o Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República (AHI/MR), como o nome indica, é dividido em Arquivo Histórico e Arquivo Institucional. O enfoque dessa pesquisa é o Arquivo Histórico.

O Arquivo é reconhecido na instituição por sua função de preservar a memória do Museu. No entanto, a princípio, essa é uma atribuição do Arquivo Institucional. Por outro lado, o Arquivo Histórico também preserva a trajetória do Museu da República por custodiar documentos referentes a grandes personagens históricos que, de alguma forma, tiveram relação com o Museu da República, ressaltando sua relevância para sociedade.

São evidentes pelas entrevistas concedidas pelos profissionais e pelo levantamento de dados coletados, as especificidades características do Arquivo no Museu da República. Novos usos foram identificados, sobretudo, voltados para as atividades fim da instituição como a exposição de seu acervo.

Essas particularidades ocorrem não somente nas formas de abordar e utilizar o acervo, como também na forma de organizá-lo. Isso por que a lógica museológica influencia a forma de aquisição e organização do Arquivo Histórico. O tratamento parece ser direcionado para seus usos mais frequentes na instituição, a exposição.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o espaço ocupado pelo setor de Arquivo no Museu da República. Buscamos compreender quais são os papéis atribuídos a ele e quais são seus usos. Estudamos o conceito de coleção para saber como o setor de Arquivo é compreendido dentro de uma instituição que tem funções próprias de colecionar.

Colocamos os conceitos do campo arquivístico e campo museológico em debate nessa pesquisa, para entendermos o que ocorre no setor de Arquivo do Museu da República. A ideia foi avançar em discussões e promover diálogos com outros campos de conhecimento, indo além de conceitos delimitados para um campo de saber.

Colocamos em debate autores com o intuito de gerar conhecimentos acerca dessas discussões pouco exploradas no campo da Arquivologia e que merecem atenção. A pesquisa sinalizou a ocorrência de novos usos para o acervo arquivístico em instituições museais.

De acordo com o Levantamento Bibliográfico e com as entrevistas realizadas, as especificidades se apresentaram como diversas. No início da pesquisa, entretanto, houve questionamentos sobre a existência de diferenças no tratamento, preservação, e aquisição de arquivos em museus.

Como vimos no desenvolvimento da pesquisa, existem especificidades e os setores de Arquivos em museus assumem algumas características museológicas, como a função de colecionar e têm suas funções e atividades direcionadas para atividade expositiva. Isso traz para a área da Arquivologia novas indagações. Tomamos como exemplos as seguintes indagações: Em que sentido, a atividade-fim do Museu, de exposição, influencia a formação e a organização do acervo arquivístico que integra o Arquivo Histórico? Que funções e atividades são características dos profissionais que trabalham em Arquivos dos Museus? Que critérios a política de aquisição de acervos em museus pode contemplar?

Pudemos observar que o Museu da República está em processo de compreensão da sua própria história. Não encontramos muitas informações acerca do delineamento sócio-histórico e organizacional que pudessem lançar luz sobre o espaço ocupado pelo setor de Arquivo considerando a trajetória institucional.

No entanto, foi possível identificar que o setor de Arquivo é consideravelmente reconhecido no Museu pela sua função de preservar a memória institucional. Os documentos que integram o Arquivo Institucional e que estão em processo de organização, ajudam a conhecer mais a fundo a história do Museu da República; conhecer sua história ajuda a revelar traços do acervo arquivístico ainda desconhecidos. Isto por que possibilita saber como alguns

conjuntos foram formados, já que os registros de entrada são uma preocupação recente e muitas informações sobre esse aspecto foram perdidas.

Apesar de não existirem muitos estudos na área de Arquivologia sobre arquivos em museus, foi possível desenvolver nessa pesquisa, reflexões teóricas referentes às diversas funções atribuídas aos arquivos, pelos autores estudados. As funções atribuídas são: preservar documentação de coleções, suplementar registros da curadoria, divulgar os museus, pesquisar, recolher e colecionar, planejar política de aquisição de documentos arquivísticos e complementaridade.

No que se refere ao papel de colecionar, foi possível identificar, de acordo com o levantamento bibliográfico, que arquivos históricos em museus possuem uma função própria de colecionar. No Arquivo Histórico do Museu da República não é diferente. Todos os documentos que integram o acervo são considerados coleções pelos profissionais que compõem a equipe. Podemos observar o quanto a função do Arquivo no museu está vinculada à missão da instituição. O arquivo está estreitamente vinculado a um dos objetivos do museu, o de propor exposições assumindo, então, (ou ao menos negociando com) algumas características museológicas.

Também foi possível identificar, através do levantamento bibliográfico, o papel de elemento estratégico e de mecanismo de construção de discursos museais. Os museus produzem discursos em que os arquivos são mobilizados para subsidiar a construção de narrativas.

O acervo arquivístico do Museu da República tem, dentre outras funções, uma muito importante, de cunho estratégico, de ser utilizado para acionar a memória republicana do país. Os acervos arquivísticos que integram o setor de Arquivo são elementos estratégicos para representar grupos, fenômenos e pessoas. Com uma marca muito reconhecida de prova, legitimam a história política de indivíduos e grupos.

As atividades do setor de Arquivo são concomitantes àquelas desenvolvidas por outros setores. Acompanham sempre os programas e projetos desenvolvidos pela instituição, o que demonstra sua visibilidade na instituição. Sua relevância é reconhecida entre os profissionais do Museu da República.

Os usos do arquivo daquele Museu pelos setores que exercem atividades vinculadas a ele, também evidenciam particularidades. Diversos usos foram identificados pelos profissionais entrevistados.

São eles: complementar pesquisa iniciada no setor de Museologia; entender a formação de determinada coleção museológica; embasar publicações institucionais do Museu da República; ser fonte para produção de trabalhos científicos; ser fonte para montagem de

exposições dentro e fora do Museu, fonte de pesquisa sobre a História do Brasil e o período Republicano; cobrir exposições fora do Museu da República; e auxiliar programas educativos.

Além das funções atribuídas pelos autores estudados e usos do acervo arquivístico do Museu pelos setores vinculados a ele, dois outros elementos apontados pela historiadora que trabalha no setor de Arquivo, evidenciam especificidades. Dois traços diferenciais foram considerados para fazer distinção do setor de Arquivo em museu para àqueles que fazem parte de instituições de outra natureza. O primeiro é a forma de aquisição de acervos. Quando há propostas de doações, a avaliação de quais conjuntos documentais vão integrar o acervo arquivístico do Arquivo Histórico do Museu da República (AHI/MR) leva em consideração as exposições. Os profissionais estão preparados para reconhecer o valor em potencial que o acervo tem para atrair o interesse do público nas exposições, o seu potencial expositivo. Eles consideram a visualidade que os documentos vão ter para o público.

Outro elemento diferencial é a forma pela qual os visitantes do Museu têm acesso ao acervo. Muitos visitantes passam a conhecer o acervo arquivístico após tê-lo conhecido através de visitas às exposições. Logo, determinados acervos passam a ser mais acessados.

Os profissionais que trabalham no Arquivo possuem conhecimento acerca dos padrões da Arquivologia e seguem a Nobrade, o que nos permite inferir que essa normativa relevante para os arquivistas, faz parte do universo de organização e de descrição dos documentos no Museu. O Arquivo Histórico possui trinta coleções. Vinte e sete estão descritas no Guia de Fundos de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística. O que prevalece são coleções que reúnem documentos por algum critério temático, em geral. Essa forma de reunião de documentos não segue uma lógica arquivística por valorizar mais o tema do que o respeito à proveniência e a relação orgânica.

A lógica museológica influencia, sobremaneira, a forma de aquisição e organização do Arquivo Histórico. As exposições exercem forte influência na avaliação do que vai constituir o acervo arquivístico do Museu da República. O uso do Arquivo Histórico é principalmente voltado para exposição. As funções e atividades do setor de Arquivo ficam, relevantemente direcionadas para a organização de exposições.

A pesquisa descortinou novos aspectos a serem estudados na área de Arquivologia. Abordagens e usos do setor de Arquivo através de seus acervos em uma instituição museal, cujas atividades-fim estão mais voltadas para área de Museologia, desafiam estudos tradicionais no campo da Arquivologia. Problematizamos o conceito de coleção através da definição de autores consagrados e as percepções dos profissionais que trabalham no Arquivo. Foi possível verificar contradições, pois os conceitos de coleções e de fundos se confundem nas representações do setor, através do Guia de Fundos, por exemplo.

Foi interessante observar as características de um setor de Arquivo que é separado formalmente em Arquivo histórico e Arquivo Institucional, cujas responsabilidades ficam divididas entre duas profissionais de campos de conhecimentos distintos, respectivamente História e Arquivologia. Isso por que o Arquivo Institucional exerce um papel complementar no conhecimento sobre o Arquivo histórico, sobre o setor e no conhecimento na história do museu, de uma forma geral.

No que se refere às especificidades do setor de Arquivo, foi observado, também, a postura dos profissionais. Os profissionais que trabalham no Arquivo estão preparados para alinhar as atividades do setor aos interesses museológicos de exposição. Aqueles dialogam com a Museologia ao buscar se aprimorar e conhecer os usos institucionais que são feitos do Arquivo Histórico.

É interessante observar os diversos usos que o acervo arquivístico pode ter, não só no museu, mas também em outras instituições. Podemos considerar que as atividades expositivas podem ser objeto de discussão e reflexão na área de Arquivologia não somente no que se refere a museus, mas também quanto às próprias instituições arquivísticas. Como vimos, o Arquivo Histórico e Institucional pode divulgar o conhecimento acerca da própria instituição. As atividades expositivas, que integram acervos arquivístico, podem ser objeto de reflexão do campo arquivístico, visando ampliar a função social dos arquivos.

Esta pesquisa possibilitou-nos trabalhar com termos novos, característicos do campo museológico, como o potencial expositivo. Assim também as discussões em torno de concepções sobre fundos e coleções. Estes elementos podem ser mais discutidos na Arquivologia, ampliando os objetos de estudo da área. Como vimos, é recente a atuação do arquivista nesse espaço, o que deixa abertura para novas indagações e descobertas, não somente para Arquivologia, mas, também, para todos os campos que almejam conhecer mais as abordagens e usos de arquivos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cícero Antônio. Memórias de um Palácio. In.: **MUSEU DA REPÚBLICA**. São Paulo: Banco Safra, 2011. cap. 1. p. 10-18.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Condições Teóricas para a Integração Epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, p. 19-41, 2011.

ARAÚJO, Marcelo Mattos.D. Ecylla Brandão Doa ao CENEDOM a Coleção Completa dos Anais do Museu Histórico Nacional. In: **boletim bibliográfico cenedom**, nº 4. 2012. p. 1. Disponível em :<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Boletim-Cenedom-4.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BEVILACQUA, Gabriel Moore. **Arquivos em Museus: apontamentos a partir da experiência do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo**. In: Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa 1, São Paulo, 2010. São Paulo: MAC/USP, 2010, p. 155-166.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Lei 11.904, de 14 de Janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm). Acesso em: 28 Jul. 2015.

BRASIL. Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 09 jan. 1991. Seção 1, p. 455. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em 10 mar. 2015

CARLIN, John W. **Your Past is Disappearing: what museums should know about the 20th-century archives crisis**. [S.I: S.N] p46-49, 1999.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos de Museu. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa, I**, São Paulo, 2010. Anais: São Paulo: MAC/USP, p. 22-27, 2010.

CRIPPA, Giulia. Entre paixão e Necessidade: a arte de colecionar os espaços de memória e do conhecimento na história. In: FURRIVAL, Ariadne Chloé; COSTA, luzia Scoli Fernandes (org). **Informação e conhecimento: aproximando áreas de saber**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005.

DEISS, William A. Museum Archives: an introduction. **Society of American Archivists**, Chicago.1984.p. 169-170.

DUCHEIN, m. **Los Obstáculos Que Se Oponen Al Acceso, a La Utilización y a La Transferencia de la Información Conservada em Los Arquivos: um Studio del RAMP**. Paris: Unesco, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

HANNESCH, Ozana; GRANATO, Marcus. Acervos Arquivísticos em Museus: Patrimônio a ser preservado. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2014.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. **Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, p. 12-50, v. 1.

MADEIRA, Patrícia Souza Santana. **Arquivos Históricos em Museus: status e desafios do Arquivo Histórico do Museu da República**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MENEZES, Ulpiano B. de. Memória e Culura Material: documentos pessoais do espaço público. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998, p. 89-104.

**MUSEU DA REPÚBLICA**. São Paulo: Banco Safra, 2011. 359 p.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria e Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

PINHO, Silvia; MANGAS, Vera. Sob o Olhar moderno, Nasce o Museu da República. In.: **MUSEU DA REPÚBLICA**. São Paulo: Banco Safra, 2011. cap. 2. P. 19-21.

PMBOK Guia. **Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos**. 3ed. Usa: Pmi, 2004.

POMIAN, Krzysztof. **Collectors & curiosities: Paris and Venice**. Paris: Polity Press, 1990.

PRZYBYLA, Ann Marie. The Museum archives movement. **Society of American Archivists**. Chicago: Society of American Archivists, 2004.

RAMOS, J.A.A. ; ARAUJO, C. A. A. . As possibilidades de Aproximação e Diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia Via Modelo Formativo: o caso da ECI/UFMG. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 12, p. 59-80, 2014.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; SILVA, Maria Celina Soares de. **Arquivos Pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Editora, 2012. 191 p.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museologia ou Patrimoniologia: reflexões. In: GRANATO, Moraes; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (org). **Museus e Museologia: Interfaces e Perspectivas**. Rio de Janeiro. Mast, 2009. p. 45-59.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos de Museus: características e funções. Rio de Janeiro: **Museologia e interdisciplinaridade**. v. 2, n. 4, p. 35- 47, maio/junho de 2013.

SOUZA, Renato Tarciso B. Os Princípios Arquivístico e o Conceito de Classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). **Organização e Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**, Brasília: Thesaurus, v.2, p. 240-269, 2003.

TANUS, G.F.S.C.; ARAUJO, C. A. A. **Proximidades Conceituais entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. João Pessoa: [S.N], v. 8, p. 27-36, 2012.

TESSITORE, Viviane. **Os Arquivos Fora dos Arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002, 15 p.

THIESEN, Icléia. Museus, Arquivos e Bibliotecas entre Lugares de Memória e Espaço de Produção de Conhecimento. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia (org.). **Mast Coloquia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009, v. 11.

WYTHE, Deborah (Org.). **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 2004.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE 1 – QUESTÕES DE ENTREVISTA PARA O SETOR DE ARQUIVO**

Nome:

Função:

Tempo de Trabalho na Instituição

Instituição em que se formou:

Ano de Formação:

Ano de Nascimento:

- 1. Como é a avaliação estatística de pesquisadores relacionada a seu perfil e quantidade de pesquisadores que solicitam informação?**
- 2. O Museu tem publicação? O arquivo auxilia no desenvolvimento da publicação?**
- 3. Os arquivos auxiliam nos programas educativos?**
- 4. Tem quadro de arranjo?**
- 5. Tem tabela de Temporalidade?**
- 6. E qual é o quadro funcional que compõe a equipe?**
- 7. Como é a representação do acervo na internet?**
- 8. Tem domínio sobre a história arquivística do acervo? Ou seja, sua proveniência, contexto de produção e todo circuito e trajetória de que fez parte?**
- 9. Tem sala de consulta?**
- 10. Exerce atividades de descrição e indexação?**
- 11. Em sua opinião, o que ocorre quando um acervo arquivístico é tratado difundido por uma instituição museal?**
- 12. Tem quantos metros lineares?**
- 13. O arquivo institucional é organizado de que forma?**
- 14. Em tua opinião, como os profissionais de outros setores utilizam o arquivo?**
- 15. O Museu tem organograma?**
- 16. A quem ele está subordinado administrativamente?**
- 17. No arquivo existe algum objeto tridimensional?**

## **APÊNDICE 2 – QUESTÕES DE ENTREVISTA PARA SETORES QUE EXERCEM ATIVIDADES VINCULADAS AO ARQUIVO**

Nome:  
Função:  
Tempo de Trabalho na Instituição  
Instituição em que se formou:  
Ano de Formação:  
Ano de Nascimento:

- 1. Como funciona a integração entre os setores? E com o arquivo?**
- 2. O arquivo atende com eficiência às informações solicitadas?**
- 3. Com que frequência você recorre diretamente ao acervo documental da instituição?**
- 4. Com que frequência são solicitadas informações por e-mail ou telefone?**
- 5. Utiliza instrumentos de pesquisa?**
- 6. Em que situações o arquivo é utilizado? Há algo nessa relação com o Arquivo que, em sua opinião, poderia ser melhorado?**
- 7. Qual é a importância do arquivo para você?**

**APÊNDICE 3 – ENTREVISTAS**

## 1. Entrevista no setor de Arquivo

Nome: Gleise Cruz
Função: Arquivista
Tempo de Trabalho na Instituição: Seis anos
Instituição em que se formou: Graduação – UFF e Mestrado - FGV
Ano de Formação:1998
Ano de Nascimento:1976

Nome: Silvia Pinho
Função: Historiadora
Tempo de Trabalho na Instituição: 10 anos
Instituição em que se formou: UFMG
Ano de Formação: 2004
Ano de Nascimento: 1975

**1. Tem avaliação estatística de pesquisadores relacionada a seu perfil e quantidade de pesquisadores que solicitam informação?**

Gleise – Não.

**2. O Museu tem publicação? O arquivo auxilia no desenvolvimento da publicação?**

Gleise – Tem várias há muitos anos. Sim, sempre. Praticamente em todas.

Silvia – Todas não.

Marianna – Sobretudo para fotografias?

Silvia – Sobretudo fotos. É o que mais pede. Concorda?

Gleise – Sim, muito pessoal da pesquisa pede fotos, mas eles pedem dados, documentos. Tem bastante. Fotografia é mais pro pessoal externo que pede mais externo. O pessoal interno, que pelo menos eu tenha observado, Katia, Marcos, a Lelena.

Silvia – Mas as fotos eles tem acesso direto.

Gleise – Mas pra vir aqui pra solicitar a gente, acho que é meio a meio porque eles tem vindo bastante. O Bernardo, essa coisa de desce caixa, sobe caixa. Tem bastante acesso aos documentos também.

Silvia – Mas é que foto, o que acontece. Como as fotos do arquivo estão digitalizadas eu pedi pra eles colocarem um link pra eles acessarem. Eles acessam pelo servidor. Eles acessam direto do portal deles de onde eles estão mesmo. Só que normalmente acessam direto do próprio computador.

**3. Os arquivos auxiliam nos programas educativos?**

Silvia – Auxilia. Auxilia em dois programas educativos importantes. A colônia de férias com visita técnica. O setor educativo tem dois projetos que o arquivo participa. Primeiro é a

colônia de férias que acontece todo ano em janeiro que eles recebem as crianças. Aí todo ano cada colônia de férias tem um tema. Por exemplo, já teve tema de eleições políticas, carnaval, sustentabilidade, aniversário do Rio de Janeiro. Eles sempre pedem pra gente separar documentos relacionados ao tema na hora de mostrar para crianças. Aí eles dividem o dia que eles vem aqui na reserva técnica. É um desafio pra gente, que a gente é obrigado a mostrar os documentos as crianças. Outro projeto deles chama Bastidores do Museu. É o pessoal que agenda visita técnica com o educativo direto. Aí a escola vem. Primeiro ela vai lá na sala deles, lá no espaço educação, fazer o power point pra entender o que é o museu e depois eles vêm pra área técnica. No arquivo e na biblioteca. A gente vai ter bastante bastidores ao longo do ano. Desde estudante de Arquivologia que a gente recebeu, estudante de Geografia, estudante de História, estudante de 2º grau. Que ao invés de eles marcarem direto com eles, marcam com o setor educativo. Por que depois o setor educativo ainda leva eles no Palácio. Ainda tem o negócio D. Pedro II, que a gente auxilia eles.

Gleise – Que a gente recebe uma bolsista do D. Pedro II que trabalha aqui.

Silvia – Eles tem um projeto D. Pedro II, o setor educativo, que vem estudantes de ensino médio fazer um estágio aqui no Museu pra aprender o que é o Museu. Eles fazem.. dividem os estágios em vários setores. Ano passado foi o piloto, esse ano vai continuar. Cada setor também da área técnica recebe um bolsista. Tudo sob a supervisão do setor educativo. É uma outra forma de usar o arquivo, mas usam.

Marianna – O arquivo tem autonomia pra intervir nesse procedimento, no auxílio?

Silvia – Não.

Gleise – Eles que montam, eles que escolhem, eles que supervisionam, eles que orientam. Eles que escolhem, eles que determinam.

Silvia – A gente só recebe.

Gleise – Eles que montam. A gente só acompanha. Segue o planejamento deles.

Silvia – A gente fala... olha, a gente pode receber dois bolsistas. Como no projeto “ Os Bastidores”, eu posso esse dia, não posso esse dia. O projeto é deles, mas a gente recebe.

#### **4. Tem quadro de arranjo?**

Gleise – Tem.

Silvia – O arquivo institucional que você tá perguntando né?

Gleise – A é... temos duas partes de arquivos diferentes.

Marianna – O histórico não?

Silvia – Tem, mas o histórico é por coleção.

Gleise – Tem, é uma lista de coleção, na verdade.

Silvia – Cada coleção tem uma forma de organização.

#### **5. Tem tabela de Temporalidade?**

Gleise – Nem o arquivo no Museu, nem o Ibram. A gente usa a do Conarq. Todo arquivo público usa.

Silvia – Ela já separou muita coisa para descarte.

Marianna – Eu entrevistei o Carlos anteriormente, e ele disse que o tempo de guarda do acervo no setor se dá de acordo com a necessidade.

Gleise – O Carlos Vianna, do protocolo, acessa e controla o protocolo dele através de um sistema SGI. Sistema de Gerenciamento de Informação, algo assim, que é do IBRAM, central de Brasília e é pra toda área meio. Além de usar a tabela de temporalidade para área meio, ele tem as especificidades de tempo, mas é do CONARQ também. O IBRAM está estudando a tabela de temporalidade e plano de classificação para área fim, mas ainda não chegou a um consenso. Já tem alguns anos que esse negócio tá rolando, mas ainda não temos.

Silvia – É, mas aí, a Gleise fez um quadro de arranjo.

Gleise – Temático.

Silvia – Para área fim nossa, para arquivo permanente institucional que ela fez uma mescla da tabela do Conarq com o entendimento do arquivo dela do arquivo. Você adaptou.

Gleise – É simples, é temática, é pequena. É pouco.

Silvia – Mas é funcional, você pode mostrar pra ela. Pra não ter que ficar esperando o dia que o IBRAM terminar isso e fornecer pra gente entendeu? Se não a gente não trabalha.

Gleise – A gente não tem instrumento de pesquisa para área fim. E da área meio a gente usa o do Conarq, por que somos obrigados também.

Silvia – É, mas da área meio, por exemplo, ela te mostra o que ela fez. Acervo, exposições. Né, Gleise?

**6. E qual é o quadro funcional que compõe a equipe? Agora são duas arquivistas né?**

Silvia – É, a Fátima na verdade tem as duas formações, né?

Gleise – Duas arquivistas, um cientista social, uma restauradora.

Silvia – Aquela é a Lia Mara que eu te falei. Depois tem que até conversar com ela. O Lacour é o laboratório, fica fora do arquivo. Ele não tem que ficar dentro do arquivo. Inclusive no regimento interno diz que ele tem que ficar fora do arquivo. Até por que o Lacour não atende só ao arquivo. Ele atende também a biblioteca e também a museologia. Por exemplo, a Lia está restaurando as pastas de coro grandonas, assim. Então ela atende os três setores. A Lia Mara já tinha dito isso pra Magali. Eu acho também correto, já que é um setor que atende aos três setores.

Gleise – Então, duas arquivistas, duas historiadora e um cientista social.

## 7. Como é a representação do acervo na internet?

Silvia – Não tem.

Marianna – Apesar de ter documento digitalizado, né?

Gleise – É por que a gente não tem banco de dados e infra-estrutura digital pra ter isso online. A gente tem que manter aqui *in loco*.

Marianna – É falta de incentivo financeiro?

Silvia – Incentivo, estrutura, por exemplo..

Gleise – Nem tudo é dinheiro também realmente não. Vai ter a parte de dinheiro, estrutura.

Silvia – Por exemplo, uma coisa que é uma carência aqui minha é o servidor. O servidor, nosso de equipamento, está lotado, não cabe mais nada. A gente precisa primeiro comprar um servidor, entendeu? A gente não tem estrutura.

Gleise- Mas fora equipamento, precisa de gente pra também alimentar, fazer back up, controlar.

Marianna – Falta de profissional capacitado, né?

Gleise – É, a gente só tem um da área de informática que é o Matheus e tá saindo.

Silvia – O Matheus custou a chegar, nem terminou o probatório e passou num outro concurso do Imetro. Já aprovado, dentro da vaga. Só tá esperando ser chamado.

Gleise- Não dá pra contar muito.

## 8. Tem domínio sobre a história arquivística do acervo? Ou seja, sua proveniência, contexto de produção e todo circuito e trajetória de que fez parte?

Gleise – Sim.

Silvia – Só o seu acervo<sup>26</sup>

Gleise – A é, exatamente. Temos duas respostas. Como foi formado, de onde veio, que pedaços do setor constituíram.

Silvia – Ela está falando do institucional. O institucional é, o histórico não.

Gleise – Por que foram doações esparsas, nem todos foram documentados. O dela é mais complicado. As doações mais recentes tão documentadas. As doações tão documentadas sim, tem termo de doação. Antigamente não se registrava. A gente acha que veio do Museu Histórico Nacional, a gente nem tem certeza. E tem isso, mais antigos, supõe-se que veio... entendeu? Esses acervos, tem alguns que ainda possuem história contada, outros que nem tem história contada. Mas então essa é uma característica na época que a gente teve que fazer um inventário. Que a gente saiu do Iphan e veio pro IBRAM, né? Então teve que fazer um inventário pra essa transferência de acervo. A garota lá do IBRAM falou que isso é normal nos acervos mais antigos mesmo, em todos os museus. Não havia antes essa preocupação em documentar entrada de acervo. Pra alguns acervos sim, mas não tem assim uma história arquivística totalmente conhecida e documentada do acervo não.

Marianna – Vocês estão em processo de resgate dessa história arquivística? A Magaly (diretora) falou que vocês fizeram um projeto memória e conversaram com ex-diretores.

Silvia – A gente está em processo de resgate sim. Como? A criação do arquivo institucional. A criação do arquivo institucional tem trazido documentação sobre seu próprio acervo histórico. Do acervo do Arquivo, da Biblioteca e da Museologia. A biblioteca, por exemplo, se eu tenho poucas informações, a biblioteca não tem nenhuma. Eles não tem nenhum documento de entrada. Pra fazer o inventário, ela veio pesquisar aqui na documentação que está sendo reunida agora no arquivo institucional. Daí a importância do arquivo institucional. Entendeu, Marianna? Por que o arquivo institucional tem muito histórico sobre o acervo histórico. Entendeu? Então assim... só que não está tudo organizado, nem separado. A gente ainda tem que se debruçar sobre uma documentação pra ver se ela vai preencher as lacunas do nosso conhecimento do nosso próprio acervo. O que a Magali falou com você, foi que a gente

---

<sup>26</sup> O AHI é dividido em arquivo histórico e arquivo institucional. Cada profissional é responsável por um deles. A arquivista é responsável pelo institucional e a historiadora pelo arquivo histórico

criou, em 2010, um Programa da Memória Institucional, o PMI, dentro do arquivo histórico. O que é o PMI? O PMI envolveu primeiro a criação do arquivo institucional que não existia. Foi criado em 2010 e que está em processo de construção como você está vendo. O PMI tem um outro traço que é o programa história oral. A gente está entrevistando os ex-diretores e outros funcionários do Museu da República. Então, é isso que ela falou, entendeu? E aí, com isso, a gente consegue reunir informações sobre a história do Museu e com isso, sobre a história do acervo também. Entender como veio cada acervo, como foi, por exemplo. Por que teve acervo.. Na época em 1983 se torna independente do MHN. Como foi? Como eles dividiram isso? Teve acervo que foi, teve acervo que voltou pra lá, teve acervo que ficou. Como foi isso? Então isso tudo.. a gente ainda vai ter que costurar essas linhas. Ainda tem muita coisa pra fazer, mas a criação do arquivo institucional é o maior passo pra essa investigação. Pros três setores.

**9. Tem sala de consulta?**

Gleise – Tem espaço de consulta.

Silvia – É aquela mesinha ali. Atrás do balcão, aonde a gente atendeu você. Tem um computador, uma mesa, cadeira.

**10. Exerce atividades de descrição e indexação?**

Gleise – Sim, em todos os dois acervos.

**11. Em sua opinião, o que ocorre quando um acervo arquivístico é tratado difundido por uma instituição museal?**

Gleise – O que acontece?

Marianna – O que ocorre?

Gleise – O arquivo dentro de um Museu para um arquivo que não esteja em uma instituição museal, é isso? Não, não tem diferença. É o mesmo tratamento. A gente trata aqui como eu trataria na Biblioteca Nacional, como eu trataria na Casa de Rui Barbosa. É o mesmo tratamento para arquivos permanentes.

Silvia – Não, o tratamento é o mesmo. Mas assim, por exemplo..

Gleise – Existe complexidade de relações no ambiente de trabalho, mas assim...tratamento mesmo não. O que muda são as relações no ambiente de trabalho. Interação com outros tipos de profissionais. Mas, assim, o tratamento da documentação eu acho que não muda.

Silvia – Não, eu acho que o tratamento não muda. Acho que o que muda são duas coisas. Primeiro assim... é..Por exemplo, quando eu recebo uma proposta de doação de acervo conta muito. A gente está com olho treinado já. De cara a gente vê, isso aqui pra pessoa é ótimo. Sabe, a visualidade do acervo.

Gleise- Pensa com as linhas de pesquisa.

Silvia – A gente pensa de acordo com as linhas que a gente definiu para o nosso acervo. Estando dentro dessa linha de pesquisa, o potencial expositivo conta pra aceitar ou não o acervo.

Gleise – Não é definitivo, mas é um extra, ajuda.

Silvia – Outra coisa que eu acho que é diferente, não no sentido de tratamento, distinção, tudo, é a forma como esse acervo vai chegar ao público. Muitas vezes, ele não vai chegar via pesquisa, vai chegar via exposição. A forma como ele chega...por que tem acervo que nunca pode ter sido pesquisado. Ou então, o público vai me procurar por que viu na exposição. Por exemplo, a exposição que a gente tem que é “Memória da Constituinte”. Que é acervo relacionado a...esse acervo a gente fez uma exposição aqui em 2008 dos vinte anos da constituição muito baseado nesse acervo. E o tema era uma sala que ficou muito bonita, que o pessoal fez fac-símile das cartas. Esse acervo contém cartaz da população com sugestão para o processo da Constituinte de 88 que teve uma participação popular. Teve gente aqui que esteve na exposição e “quer” ver as cartas. Antes dessa exposição eu nunca tinha atendido nenhum pesquisador sobre a constituição. Eles vieram muito por causa da exposição. Por isso que eu acho que é diferente, embora muito arquivos hoje façam exposição. Mas a exposição que tem no Arquivo Nacional e a exposição que tem na BN (Biblioteca Nacional) são diferentes das exposições que tem aqui. Por que aqui, o Palácio é só exposição. Então o público tem na BN é diferente. É um público mais filtrado que tem no Museu.

Gleise- O acervo tem mais a função de difusão aqui no Museu, mas em questão de trabalho, como você falou, não.

**12. Tem quantos metros lineares?**

72,58 m/l do institucional. Histórico é cerca de...ela pode até somar, se ela quiser, a partir do inventário. Ele tem cerca de noventa mil documentos. Fora os documentos que ainda são chamados especiais. Documento audiovisual e fotográfico, e cartográfico. No arquivo histórico está tudo junto. O meu (institucional) é documento textual só.

**13. O arquivo institucional é organizado de que forma?**

Gleise – Área meio e área fim.

Marianna – E o histórico é por coleção? Por titular?

Silvia – A maior parte da coleção é por titular. Só que tem coleções artificiais. Que aí são coleções artificiais aqui de dentro. Por exemplo, tem coleção Nilo Peçanha que está dividida. Tem coleção, são “Presidentes da República. A coleção que chama “Presidentes da República”, um balaio de gatos que teve aqui, é assim. Por exemplo, eu fui num dentista outro dia, ele me deu uma carta de JK ( Juscelino Kubitschek) pra campanha dele.. Eu recebi um monte de folhetim e foto de JK. Sabe essa documentação avulsa? Há alguns anos.

**14. Em tua opinião, como os profissionais de outros setores utilizam o arquivo?**

Gleise – Ainda muito pouco. Até por conta da gente mesmo está se mostrando pouco ainda por que ainda estamos em fase de estruturação do arquivo institucional, de conhecimento do acervo. Ainda pouco. Você está falando do pessoal interno, é isso? Acho que usa pouco. Pra que fim?

Silvia – Acho que a gente tem que separar o arquivo histórico do arquivo institucional. O arquivo histórico é muito utilizado na época de exposição. Quando uma exposição está sendo montada, o pessoal quer o máximo que tem aqui no arquivo a respeito dessa exposição. Então assim, pra exposição, principalmente pra exposição. Então assim, a res(publica) que foi a exposição de inauguração. Ela utilizou grandemente o acervo do arquivo. Outras exposições

assim, o acervo do arquivo histórico, aqui dentro, é usado principalmente pra exposição e às vezes pra publicação. O pessoal pede foto, principalmente. O arquivo institucional é diferente. O arquivo institucional é o que a Gleise está falando. Ele ainda está em processo de construção, mas ele já tem sido utilizado. Nessas coisas que eu te falei, na época que a gente teve que fazer o inventário, a Lívia, da biblioteca, veio aqui pra ver se ela conseguia encontrar informações sobre o acervo da biblioteca. Da Museologia, a Adriana veio.

Gleise – Fora a exposição e publicação que serve pros dois usos, nos dois arquivos. A diferença é que no institucional serve muito pra prova, ações jurídicas, processos, ainda usam pra isso.

**15. O Museu tem organograma?**

Gleise – Não.

**16. A quem ele está subordinado administrativamente?**

Silvia – Assessoria Técnica , formalmente.

**17. No arquivo existe algum objeto tridimensional?**

Gleise - Não, já separamos os acervos.

## 2. Entrevista com o Setor de Museologia

Nome: Alejandra Saladino
Função: Técnico do Ibram - Museóloga
Tempo de Trabalho na Instituição: 6 anos
Instituição em que se formou: UNIRIO
Ano de formação: 1995
Ano de nascimento: 1971

### 1. Como é a integração entre os setores?

O que eu posso dizer é a partir da minha percepção, das minhas impressões e da minha vivência. A articulação intersetorial ainda está muito fundada no personalismo. O que eu quero dizer com isso? Não há protocolos muito claros, muito definidos para a dinâmica inter-setorial nas instituições. Posso dizer dessa instituição especificamente. Então, por exemplo, se a gente está precisando de alguma informação sobre alguma exposição realizada anteriormente, que a gente precise recorrer ao arquivo institucional, não há um protocolo claro que defina isso. É mais na linha do personalismo, menos numa estrutura protocolar claramente definida.

### 2. O arquivo atende com eficiência às informações solicitadas?

Sim, claro. Sempre que a gente solicita alguma documentação, tem esse retorno.

### 3. Com que frequência você recorre diretamente ao acervo documental da instituição?

Particularmente, não.

### 4. Com que frequência são solicitadas informações por e-mail ou por telefone?

Nada.

Marianna – Não há necessidade para atividades que você desenvolve?

Alejandra – Eventualmente há necessidade de atender um pesquisador que vem direto aqui para o setor de Museologia que está interessado em entender um pouco a formação da coleção A, B ou C. Enfim, eventualmente há necessidade de complementar, de aprofundar a pesquisa iniciada aqui com a documentação que eventualmente esteja no arquivo institucional.

**5. Utiliza instrumentos de pesquisa?**

Não, eu não.

**6. Em que situações o arquivo é utilizado? Há algo nessa relação com o Arquivo que, em sua opinião, deveria ser melhorado?**

Fica difícil responder a essa pergunta com uma certa consistência por que como eu não sou uma usuária muito frequente eu não sei se funciona ou não funciona. O que eu posso dizer é que quando a gente solicita a complementação de uma pesquisa aqui, iniciada aqui, essa solicitação é atendida. Então eu acredito que funcione sim.

**7. Qual é a importância do arquivo para você?**

Fundamental. O arquivo de uma instituição voltada para a memória da República é fundamental. Por que? O arquivo tem como um dos seus objetivos estratégicos, complementar a memória da República Brasileira. Tem tentado ampliar seu acervo, coleções. Personagens da República brasileira. Porém, o ponto que eu acho mais importante é cuidar da memória da própria instituição. No meu entendimento há um padrão institucional, um tanto quanto viciado das instituições de memória de cuidarem pouco, ou não muito bem da sua memória. O que eu quero dizer com isso? A documentação, enfim, substituição das lâmpadas do palácio, enfim. Essa documentação cotidiana que afeta as atividades fim, tendem a não ser muito bem cuidadas. Muitos documentos se perdem. As memórias se perdem, os processos vão ficando fragmentados, não se tem ideia do todo, de toda cadeia operatória dos processos. Então eu acho que cuidar da memória da instituição, que é um dos objetivos do arquivo é fundamental. Eu acho isso muito importante.

### 3. Entrevista no setor de Pesquisa.

Nome: Marcus Sacri
Função: Historiador
Tempo de Trabalho na Instituição: 6 anos
Instituição em que se formou: UFRJ
Ano de formação: 2006
Ano de nascimento: 1979

#### 1. Como funciona a integração entre os setores? E com o arquivo?

Na verdade, o diálogo com o arquivo, aqui no setor de pesquisa, quando a gente precisa pra alguma atividade do museu a gente sempre costuma dar um pulo no Arquivo Histórico e verificar documentação referente ao assunto. A gente sempre busca informação que tem no Arquivo Histórico. Da mesma forma que tem na biblioteca e na museologia para integrar as atividades do Museu. Existe uma sinergia entre os setores, por que tem a divisão entre o Arquivo, Museologia e Biblioteca que são os três setores responsáveis pelo acervo. Todas as atividades que a gente vai desenvolver, referente aos três, a gente procura nos três. Se for referente a um texto, ou alguma coisa muito específica, a gente busca com mais frequência. É o acervo que tem mais versatilidade pra você utilizar em diversos suportes. Sites, numa coisa digitalizada, os documentos são mais fáceis de ser manuseados.

#### 2. O arquivo atende com eficiência às informações solicitadas?

Sim, não tem o menor problema com isso.

#### 3. Com que frequência você recorre diretamente ao acervo documental da instituição?

Eu vou com uma frequência razoável. Não tem como mensurar em dias por mês. Algo assim, mas, normalmente, a gente está sempre buscando o arquivo pra embasar as publicações no Museu ou outra pesquisa referente a isso.

#### 4. Com que frequência são solicitadas informações por e-mail ou telefone?

Por e-mail eu procuro pouco por que a gente tem a proximidade aqui local. A não ser que, algo mais formal, a necessidade de uma autorização. Mas normalmente as coisas se resolvem pessoalmente.

**5. Utiliza instrumentos de pesquisa?**

Eu utilizo os instrumentos de pesquisa que tem lá no arquivo disponível.

**6. Em que situações o arquivo é utilizado? Há algo nessa relação com o Arquivo que, em sua opinião, poderia ser melhorado?**

Olha, eu acho que dentro do que é possível se desenvolver dentro do Museu da República, com as restrições orçamentárias, eu acho que o arquivo está fazendo o melhor que ele consegue. Atendem bem. Existem guardas de documentos bastante bem feitas. Armários novos, tem sempre um pessoal dedicado a armazenar documentos. Então eu acho que não tem muito a ser melhorado a não ser que você arrume uma nova estrutura física. Um local, um prédio novo, o que no momento atual, convenhamos, é inviável.

**7. Qual é a importância do arquivo para você?**

O arquivo é.. como se o Museu da República, ele, além do Palácio, ele tem um tesouro que é o seu acervo. Não é somente o Museu da República, o Palácio do Catete, ou seu jardim. Na verdade nós temos um tesouro que são seus acervos que foram acumulados ao longo dos anos aqui. E o Arquivo Histórico guarda uma parte muito importante desse acervo, a Museologia guarda outra parte importante e a Biblioteca também. Então, a vinculação dessas três áreas dão uma riqueza especial que o Museu da República por ser um Palácio muito emblemático, por ter um jardim histórico que é muito utilizado pela população. O Arquivo Histórico não tem o destaque devido. Então, de certa forma, é outra parte do coração do Museu.

#### 4. Entrevista no setor da Diretoria

Nome: Magali
Função: Diretora
Tempo de Trabalho na Instituição: 9 anos
Instituição em que se formou: Pedagogia – Notre Dame/ Museologia – UNIRIO/ Mestrado em Educação - PUC
Ano de formação: Pedagogia- 1992 / Museologia – 1987 / Mestrado - 1997
Ano de nascimento: 1942

##### 1. Como funciona a integração entre os setores? E com o arquivo?

Bom, a integração entre os setores, os colegas se falam entre si, se ajudam. As reuniões às segundas-feiras, nós chamamos de Conselho Diretor. Nós trocamos ideias, opiniões, essa é a forma de integração. E o arquivo está presente.

##### 2. A senhora costuma visitar o arquivo?

Raramente, por que não é a minha função aqui fazer isso. Raramente eu recorro ao arquivo. Solicito, eu agora mesmo eu recorrendo um documento do regimento interno. Mas normalmente eu não vou ao arquivo. Eu não vou lá fazer pesquisa por que não é a minha função aqui.

##### 3. O último regimento interno é de que ano?

Nós achamos um aqui de 1983. Nós estamos trabalhando no regimento interno.

##### 4. E o organograma da instituição? (Essa questão busca saber se há organograma).

Vai vir no Regimento Interno.

##### 5. Hoje, o arquivo está subordinado administrativamente a que setor?

Essa é uma discussão. O regimento interno vai determinar tudo isso. Mas informalmente, é...está subordinado à Assessoria Técnica. E o arquivo, a biblioteca, a museologia, a pesquisa, estão subordinadas à área técnica.

##### 5. Qual é a importância do arquivo para você?

Fundamental. Imagina uma instituição sem arquivo, seja histórico ou institucional? Quando eu cheguei em 2007. Tinha o arquivo histórico, mas o institucional não existia. Ou seja, a memória da instituição. Todo o acervo documental sobre a história do Museu, processos, relatórios, matérias sobre as diversas atividades desde 1960, por sorte que o Museu é muito jovem. 50 anos, agora 55 anos. Estava no sótão, num buraco, tudo guardado lá. Quando houve um concurso pra , um concurso pro IBRAM para novos funcionários, eu fiz questão que houvesse uma vaga, duas vagas até, pra Arquivologia. A partir daí então, depois disso, que a gente deu início. Foi 2010, 2011 eu acho, que a gente começou a cuidar do Arquivo Institucional. Temos investido, na medida do possível nesse acervo. A Gleise, ela é arquivista, responsável pelo arquivo institucional. Todo esse material que tava nesse buraco, foi todo higienizado. E aí a Gleise, então, pôde trabalhar nele , por que antes era impossível chegar perto. Depois de higienizado, a Gleise começou a trabalhar nele lá no arquivo institucional. É fundamental ter essa memória da instituição. E o arquivo também criou um projeto chamado Memória Institucional, Memória...enfim. Já entrevistamos todos os diretores do Museu. Todos os ex-diretores do Museu foram entrevistados e está formando um arquivo com essas informações. E a ideia é continuar entrevistando os funcionários mais antigos, entrevistar os setores pra resgatar a história da instituição. É uma instituição... dá tempo por que a instituição é muito nova, só tem 55 anos. Se ela fosse muito, muito , muito mais velha como instituição, como museu, fica sempre mais difícil. Mas como .. 55 anos de existência. Pra dar um exemplo, nesse programa de memória, a gente entrevistou a museóloga Ecylla Brandão que respondeu aqui pelo Museu na época que era subordinado ao Museu Histórico Nacional. Ele foi criado como departamento do Museu Histórico Nacional. Então Ecylla Brandão atuou aqui no museu, como responsável pelo Museu. Não era diretora, era responsável. Era alguém do Museu Histórico Nacional que trabalhava aqui no Museu da República. Dona Ecylla foi a primeira pessoa a ser entrevistada. Pouco tempo depois ela faleceu. Então, tivemos a sorte de conseguir entrevistá-la antes de falecer. Então, é um projeto importante, fazer a memória oral da casa.

## 5. Entrevista no setor de Assessoria Técnica

Nome: Mário Chagas
Função: Coordenador Técnico
Tempo de Trabalho na Instituição: Circula no Museu da república desde 1987 (já saiu e voltou pra instituição diversas vezes, não deu tempo determinado)
Instituição em que se formou: Museologia – Unirio/ Mestrado em Memória Social – Unirio/ Doutorado – Ciências Sociais - UERJ
Ano de formação: 1979
Ano de nascimento: 1956

### 1. Como funciona a integração entre os setores? E com o arquivo?

Sim, funciona com variações. Tem momentos, tem épocas com sinergia altamente positiva, e há uma integração bastante boa, em outros momentos menos. Então isso não tem tido há uma regra nem uma linha de continuidade, na minha avaliação. Então, no momento eu até diria que há uma boa integração, as equipes se entendem e tem capacidade de trabalhar em conjunto, né? Então, a equipe do Arquivo tem uma boa capacidade de trabalho, se articula com o pessoal do laboratório de conservação, se articulam bem com o setor de Museologia na montagem de exposições. A equipe de segurança também tem tido uma boa sinergia de trabalho. Então, no momento, eu vejo assim, que há uma positividade, há uma boa articulação. Os problemas do Museu, não são...no meu entendimento, os problemas atuais não passam por aí. São de outra natureza.

### 2. O arquivo atende com eficiência às informações solicitadas?

Pro meu gosto sim.

### 3. Com que frequência você recorre diretamente ao acervo documental da instituição?

Sim, com muita frequência. Compreendo que parte da história da instituição está aqui, está no arquivo. Mas além disso, uma parte expressiva da história da República do Brasil, republicana, está aqui. E aqui tem um acervo de grande importância, então, me parece que a instituição merece atenção, merece ser estudada. Então da minha parte, sempre que houver necessidade, eu estou por aqui. Todo dia eu venho aqui.

**4. Com que frequência são solicitadas informações por e-mail ou telefone?**

Também aciono por e-mail ou telefone, mas eu sou mais do contato quente. Então, minha tendência é usar menos o e-mail, usar mais o telefone. E entre o telefone e a visita eu prefiro mais a visita.

**5. Utiliza instrumentos de pesquisa?**

**Mário Chagas** - Como assim?

**Marianna** – O arquivo possui alguns instrumentos de pesquisa.

**Mário Chagas** – Sim.

**Marianna** – Mas você tem acesso direto aos documentos originais.

**Mário Chagas** – Sim. Agora, recentemente me envolvi na elaboração de um texto sobre Nair de Tefé. E venho direto no arquivo, então na verdade, quer dizer, eu também considero que, também, eu estou numa situação diferenciada. Eu sou pesquisador mas trabalho no Museu da República. Então eu tenho acesso direto às pessoas no arquivo. Então, quando eu preciso de alguma coisa eu aviso com antecedência, mas, no geral, rapidamente é selecionado, preparado. Como foi o caso do artigo que eu produzi sobre Nair de Tefé com fotos originais, desenhos originais de Nair de Tefé. Tudo veio do arquivo.

**6. Em que situações o arquivo é utilizado? Há algo nessa relação com o Arquivo que, em sua opinião, poderia ser melhorado?**

Nas mais variadas situações, desde preparação para montagem de uma exposição. Já trabalhamos juntos numa exposição sobre Canudos, como também estou envolvido na produção textual. Recentemente escrevi um pequeno livro sobre compromisso constitucional. Que é um quadro do arquivo do Museu da república e as fontes do arquivo foram extraordinárias. Enfim, do ponto de vista de fotografias, de informações e tudo mais. Tem sido de grande utilidade. Eu uso o básico é pra buscar informações sobre o Museu da República. Buscar informações sobre a História do Brasil, buscar informações sobre o acervo do Museu para efeito de pesquisa, para efeito de exposições. Agora mesmo estamos articulando uma exposição sobre Canudos no Museu da Maré. O arquivo, ele está, cobrindo isso.

## **7. Qual é a importância do arquivo para você?**

Extraordinária. Na verdade, acho que como a própria palavra sugere, o arquivo guarda princípios. Então, aí que está o axé, aí que está, é.. fontes de maior importância para pesquisa histórica, para pesquisa museológica. Então considero que o arquivo institucional é uma preciosidade. E nós temos um excelente Arquivo Institucional e uma equipe que é muito pequena, mas muito afiada.

## **6. Entrevista no Setor de Assessoria de Comunicação**

### **1. Como funciona a integração entre os setores? E com o arquivo?**

A Assessoria de Comunicação, como setor responsável pelas ações voltadas à divulgação e ao compartilhamento de informações intrínsecas ao Museu, tanto interna como externamente, procura criar um diálogo permanente com os diversos setores, por meio de ferramentas como Boletim Informativo, e-mail marketing, site, eventos, entre outras. Entendemos que a cooperação do arquivo, principalmente à produção de conteúdo dessas ferramentas, é fundamental para garantirmos informações fidedignas, considerando imensa responsabilidade pela transmissão de informações por uma instituição com finalidade cultural como a nossa.

### **2. O arquivo atende com eficiência às informações solicitadas?**

Normalmente o setor atende de forma satisfatória as demandas a ele encaminhadas por esta Assessoria. Os profissionais lotados no Arquivo são sempre solícitos e absolutamente preparados profissionalmente para atuarem no setor. O que, sem dúvida, é fundamental para o pleno funcionamento e atendimento às suas competências.

### **3. Com que frequência você recorre diretamente ao acervo documental da instituição?**

Sempre que necessário, notadamente quando precisamos elaborar nosso Boletim Republicano, publicação mensal on-line, para confirmações de informações históricas, solicitações de fotos e/ou crédito das mesmas.

**4. Com que frequência são solicitadas informações por e-mail ou telefone?**

Conforme informamos no item anterior. Recorremos sempre por e-mail. Não há uma regularidade rotineira.

**5. Utiliza instrumentos de pesquisa?**

Sempre fazemos consultas aos profissionais por e-mail ou pessoalmente, dependendo da premência da demanda.

**6. Em que situações o arquivo é utilizado? Há algo nessa relação com o Arquivo que, em sua opinião, poderia ser melhorado?**

Conforme informamos no item 3.

**7. Qual é a importância do arquivo para você?**

Sob o ponto de vista institucional, o Arquivo é um setor importante para compartilhamento de conteúdos informacionais, já que é um depositário de documentos que perfazem a trajetória do Museu da República, bem como dos assuntos relacionados às questões republicanas. No âmbito do público externo, trata-se de uma importante referência dessas questões, ampliando a importância da instituição Museu da República no contexto histórico à multiplicação de conhecimento. Assim, o arquivo contribui de forma efetiva para a guarda do acervo documental, revertendo em benefícios diretos aos pesquisadores, estudantes, curiosos e ao público interno, que associado a uma equipe bem preparada e atenta com as temáticas desse acervo, como é o caso de nossa equipe, eleva a qualidade do arquivo junto à sociedade.

**ANEXOS**

## **ANEXO 1 – CRONOLOGIA – DE PALÁCIO NOVA FRIBURGO A MUSEU DA REPÚBLICA**

**1858** – O barão de Nova Friburgo adquire terrenos na rua do Catete e na Praia do Flamengo para a construção do Palácio Nova Friburgo.

**1858-1867** – Realizam-se as obras de construção do Palácio Nova Friburgo.

**1866** – O barão e sua família transferem-se para o Palácio.

**1869** – Morre o barão de Nova Friburgo.

**1870** – Morre a baronesa. O Palácio é herdado pelo filho mais velho do casal, o futuro conde de São Clemente.

**1889** – O Conde de São Clemente vende o Palácio Nova Friburgo à Companhia do Grande Hotel Internacional, por 1.800 contos de réis. Apenas parte do capital, lançado pela Companhia em ações é vendida, o que obriga o conselheiro Mayrink, seu maior acionista, a saldar as dívidas da Companhia, tornando-se, assim, o único proprietário do imóvel.

**1895** – O Conselheiro Mayrink hipoteca o Palácio primeiramente ao conde Modesto Leal e, mais tarde, ao Banco da República.

**1896** – Após distrato da hipoteca no Banco da República, o conselheiro Mayrink vende o Palácio à Fazenda Federal (18 de abril), pela quantia de 3 mil contos de réis. Nesse mesmo ano, iniciaram-se as obras de adaptação do Palácio e seu jardim para abrigar o Poder Executivo.

**1897** – O vice-presidente Manuel Vitorino inaugura o Palácio do Catete como sede da Presidência da República. O presidente Prudente de Moraes estava licenciado, por motivo de saúde.

**1909** – O presidente Afonso Pena morre em seu quarto particular no Palácio do Catete. As esculturas colocadas na platibanda do Palácio na reforma de 1896 são substituídas por águias, de acordo com o projeto original. O Palácio passa a ser conhecido também com Palácio das Águias.

**1914** – A primeira-dama Nair de Tefé, durante o governo do seu marido, o presidente Hermes da Fonseca (1909-1914), promove reuniões no Palácio do Catete acompanhadas de recitais com artistas populares como Catulo da Paixão cearense. Em um desses saraus, a execução de maxixe *Corta-Jaca*, de autoria de Chiquinha Gonzaga, rende críticas na imprensa e discursos de políticos, como Rui Barbosa, condenando a atitude da primeira-dama: “aqueles que deviam dar ao país de exemplo das boas maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados elevaram o *Corta-Jaca* à altura de uma instituição social”.

**1917** – O Presidente Venceslau Brás assina a Declaração de Guerra contra o Império Alemão no Salão de Despachos e Conferências, posteriormente chamado de Salão Ministerial.

**1920** – O presidente Campos Sales recebe no Palácio do Catete os reis da Bélgica, em visita oficial ao Brasil.

**1930** – O Governo Provisório da Revolução de 1930, liderado por Getúlio Vargas, toma posse em cerimônia realizada no Salão Nobre.

**1934** – O cardeal Pacelli, futuro papa Pio XII, em visita oficial ao Brasil, hospeda-se no Palácio.

**1938** – O Palácio do Catete é tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**1942** – O presidente Getúlio Vargas se suicida com um tiro no coração, em seu aposento no terceiro pavimento do Palácio do Catete.

**1960** – O presidente Juscelino Kubitschek transforma o Palácio do Catete em Museu da República, por meio do Decreto 47.883, de 8 de março. O Museu da República passa a fazer parte da estrutura administrativa do Museu Histórico Nacional, como Divisão de História da República. A inauguração foi realizada no dia 15 de novembro do mesmo ano, com a presença de Juscelino Kubitschek.

**1968** – Após um período fechado para obras de recuperação, o jardim do Museu da República é reaberto ao público.

**1979** – Cria-se a Fundação Nacional Pró-memória (FNPM), no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O Museu Histórico Nacional e, conseqüentemente, o Museu da República passam a fazer parte da estrutura da Fundação.

**1983** – O Museu da República desvincula-se do Museu Histórico Nacional, tornando-se uma unidade administrativa autônoma, subordinada diretamente à Fundação Nacional Pró-Memória.

**1984 -1989** – O Museu da República permanece fechado ao público durante as obras de restauração artística e arquitetônica. Mesmo fechado, é promovida uma série de atividades de interação com seu público, incluindo ações de divulgação do acervo, exposições itinerantes e organização de visitas às obras de restauro do Palácio.

**1985** – É criado o Ministério da Cultura (Minc), desvinculado do Ministério da Educação, ficando o Museu da República a ele subordinado administrativamente.

**1989** – O Museu da República é reaberto ao público, como parte do calendário oficial das comemorações do Centenário da Proclamação da República.

**1990** – Efetua-se a intervenção da Presidência da República nas instituições culturais federais do país. O ministério da Cultura passa a ser Secretaria de Cultura, diretamente subordinada à Presidência. A Fundação Nacional Pró-Memória é extinta e transformada em Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC).

**1992** – O Museu da República e seu jardim tornam-se importantes pontos de afluência dos participantes do Fórum Global, fazendo parte do calendário da Conferência Rio-92. Localizado nas imediações do Parque do Flamengo, onde se realizou a Conferência, o Museu da República abriga durante alguns meses a sede das Organizações Não Governamentais promotoras do evento.

**1994** – O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) volta a se transformar em IPHAN, passando o Museu da República a fazer parte de sua estrutura administrativa.

**2003** – É lançada a Política Nacional de Museus (PNM), como parte das comemorações do Dia Internacional de Museus. Um dos primeiros desdobramentos institucionais da PNM é a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no âmbito do IPHAN.

**2007** – O Museu da República passa a responder administrativamente e culturalmente pelo Palácio Rio Negro, situado na cidade de Petrópolis/RJ. O palácio foi residência de verão de presidentes da República, entre os quais Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

**2009** – É criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. O museu da República passa a ser uma unidade museológica do Ibram.

**2010** – Comemoram-se os 50 anos de Criação do Museu da República.